

## Mortalidade materna desafia metas do país

Brasil teme não alcançar a redução de taxas em 75% até 2015, conforme recomenda Organização das Nações Unidas. Mulheres negras e solteiras, entre 20 e 39 anos, são as que mais morrem, segundo levantamento do Ministério da Saúde. Questão foi debatida na Comissão de Assuntos Sociais

páginas 8 e 9



AGÊNCIA PETROBRÁS

### Crescimento exige inovação tecnológica

página 7

Cientistas trabalham no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras: debatedores apontaram à Comissão de Infraestrutura necessidade de país dar salto em direção à nova economia

### Projeto libera de juros parcelas do IR

Aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, projeto de Raimundo Colombo isenta de juros e correção o parcelamento em até nove vezes do imposto devido.

página 11

reforma

**FGV entrega proposta nesta terça**

página 13

eleições

**Tentativa de apressar mudanças**

página 4



J. FREITAS

Antonio Carlos Júnior propôs depoimento de ex-secretária da Receita Federal

**Lina depõe sobre encontro com Dilma**

página 2

### e mais...

agora é lei	4
ambiente legal	10
projetos aprovados	11
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



### — cidadania

#### Para obter o máximo dos alimentos

A desnutrição, a fome e o desperdício podem ser combatidos com o aproveitamento integral dos alimentos. Programas como o Cozinha Brasil, do Sesi, ensinam a população a preparar alimentos sem desperdício, com alto valor nutritivo e baixo custo.

página 16

## agenda

# CCJ ouve na terça-feira ex-secretária da Receita

Senadores pretendem esclarecer versões de Lina Vieira e da ministra Dilma Rousseff, que se contradizem sobre suposta reunião reservada

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ouve na terça-feira a ex-secretária da Receita Federal Lina Maria Vieira. O objetivo é confirmar e aprofundar sua declaração à imprensa sobre uma suposta reunião reservada em que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, teria lhe sugerido apressar investigações em empresas de Fernando Sarney, um dos filhos do presidente do Senado, José Sarney.

Na interpretação da ex-secretária, a sugestão para apressar as investigações significava encerrá-las, já que o governo teria interesse em manter a aliança eleitoral com o PMDB com vistas à sucessão presidencial em 2010. Iraneth Dias, chefe de gabinete de Lina e do atual secretário, Otacílio Cartaxo, confirmou a

reunião, que vem sendo negada por Dilma.

Os senadores da oposição já pensam em requerer a vinda da ministra ao Senado para uma acareação com Lina. O requerimento de convite a Lina Vieira foi apresentado pelo senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). Para ele, se forem verdadeiros os fatos, a intervenção da ministra em assunto exclusivo da Receita terá sido "descabida".

A oposição havia apresentado requerimentos para a convocação de Lina Vieira na CPI da Petrobras, que não foram aprovados. O relator, Romero Jucá, disse que Lina não teria nada a acrescentar sobre supostas manobras da empresa para sonegar impostos, pois não está mais à frente da Receita.



MARCELLO CASAL JR/ABR

Lina Vieira disse que viu sugestão como pedido para encerrar apurações

– Não houve multa e não houve nenhum tipo de questionamento da Receita. Esse é um caso que, em tese, não existe – afirmou.

## Presidente do México vem ao Brasil e visita o Senado

O presidente do Senado, José Sarney, recebe nesta segunda-feira o presidente do México, Felipe Calderón. A visita de Calderón ao Brasil servirá para impulsionar o diálogo político e a cooperação entre os dois países. Brasil e México registram alta incidência de gripe suína, tendo o Brasil ultrapassado aquele país no número de óbitos.

Com mais de 200 mortes, o Brasil já figura como o terceiro país com o maior número de óbitos decorrentes dessa gripe, seguido do México, com 146. Nos Estados Unidos, foram registrados 350

óbitos, de acordo com a imprensa internacional. Desde o dia 28 de junho, quando foi registrada a primeira morte provocada pela gripe no Brasil, o número de óbitos vem crescendo.

A agenda que deve priorizar ainda a visita de Calderón é o comércio bilateral, que em 2008 chegou a quase US\$ 8 bilhões. No mês passado, uma reunião da Comissão Bilateral Brasil-México foi feita para revisar projetos de cooperação entre os dois países nas áreas de política, economia, ciência e tecnologia, cultura e educação.

## Aposentadoria especial para vigilantes em debate

A aposentadoria especial para a profissão de vigilante será debatida em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) nesta terça-feira. Entre os convidados estão os presidentes de entidades ligadas aos vigilantes.

Serão discutidos dois projetos: o PLS 179/08, que prevê a criação de um adicional de atividade de risco para vigilantes de instituições federais de ensino superior ou de pesquisa científica e tecnológica, e o PLS 173/08, que estabelece o adicional de risco de morte aos servidores públicos da União cujas atribuições estão vinculadas às funções de segurança.

## Audiência sobre desafios estratégicos

A Comissão de Infraestrutura (CI) continua, nesta segunda, a série de audiências sobre os desafios estratégicos do Brasil. O seminário tem como tema "Infraestrutura e retomada do crescimento: Visões da crise". Entre os convidados estão o professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) José Márcio Camargo e o vice-presidente-executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Ralph Lima Terra.

Os debates, disse o presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), servirão para a discussão dos principais 'gargalos' que impedem o crescimento do país.

## Senadores homenageiam o escritor Euclides da Cunha

Os cem anos da morte de Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, entre outras obras, serão lembrados em Plenário, em homenagem nesta terça-feira, às 14h. O pedido de homenagem ao escritor, falecido em 15 de agosto de 1909, foi feito por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Para o senador, Euclides da Cunha "foi em vida um dos maiores escritores brasileiros e que

insignes serviços prestou ao país como chefe da delegação que demarcou os limites entre o Brasil e o Peru, em 1909". O escritor nasceu no dia 20 de janeiro de 1866 em Cantagalo, no Rio de Janeiro, e em 1902 publicou *Os Sertões* a partir de uma viagem que fez a Canudos (BA), como colorador do jornal *A Província de São Paulo* – atual *O Estado de S. Paulo*.

## comissões

### Segunda-feira

18h – INFRAESTRUTURA

**Desafios estratégicos** – Audiência pública para debater o tema "Infraestrutura e retomada do crescimento: Visões da crise". A audiência faz parte de um ciclo de debates sobre Desafios Estratégicos Setoriais – Agenda 2009-2015. Estão convidados os economistas José Márcio Camargo e Eduardo de Freitas Teixeira; e o vice-presidente-executivo da Associação da Infraestrutura e Indústria de Base, Ralph Lima Terra.

### Terça-feira

9h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**Receita** – Audiência pública com a ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira. Ela deverá esclarecer declarações sobre participação em reunião com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, no fim de 2008.

9h30 – AGRICULTURA

**Botsuana** – A comissão recebe delegação de parlamentares e representantes do Ministério da Agricultura de Botsuana.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Cana-de-açúcar** – Reunião para analisar projeto que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a

comercialização de bebidas alcoólicas (Cide-Álcool). A comissão analisa ainda projeto que autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-Açúcar.

10h – DIREITOS HUMANOS

**Vigilante** – Audiência pública para debater a aposentadoria especial para a profissão de vigilante. Os presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes, José Boaventura Santos; e da Federação Interestadual dos Trabalhadores Vigilantes, Vicente Lourenço de Oliveira, estão entre os convidados.

11h – MEIO AMBIENTE

**Informática** – Entre os 21 itens, proposta que estabelece prazo para que computadores, componentes de computador e equipamentos de informática em geral, comercializados no Brasil, atendam a requisitos ambientais e de eficiência energética. Outro projeto da pauta estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases que causam o efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014.

11h – EDUCAÇÃO

**Educação básica** – Entre os projetos a serem votados, dois alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para autorizar a União a instituir um

programa nacional de reforço escolar na educação básica pública denominado Programa de Apoio ao Sucesso Escolar na Educação Básica Pública (Passebem); e para garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil. A primeira proposta a ser analisada dispõe sobre a oferta de cursos pré-vestibulares gratuitos em escolas da rede pública de ensino médio.

14h – CPI DA PETROBRAS

**Petrobras** – Audiência pública para ouvir o superintendente de Controle das Participações Governamentais, José Gutman; e profissionais da Agência Nacional de Petróleo (ANP): o diretor-geral, Haroldo Borges Rodrigues Lima; os diretores Nelson Narciso Filho e Victor de Souza Martins; e o procurador-geral, Marcelo Mendonça. A procuradora da República Ana Carolina Rezende de Azevedo Maia também foi convidada.

### Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**Vigilância sanitária** – Na pauta consta o projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação, na internet, das análises laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas em empresas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento. Trinta outros projetos da pauta tratam da concessão para a exploração de serviços de radiodifusão.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**Terras indígenas** – A comissão analisa projeto de emenda à Constituição (PEC) que atribui competência privativa ao Senado para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas. O primeiro item da pauta é o substitutivo ao projeto que estabelece direitos para os municípios que tenham estado de calamidade pública decretada.

### Quinta-feira

14h – PROCESSO PENAL

**Código** – A comissão temporária realiza audiência, no auditório do Ministério Público de Goiás com especialistas da área de Direito. O encontro faz parte da rodada de reuniões públicas realizada para levantar sugestões, junto à sociedade, sobre proposta de reformulação do Código de Processo Penal, apresentado por juristas. Entre os convidados estão o governador de Goiás, Alcides Rodrigues Filho; o prefeito de Goiânia, Iris Resende; o presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Helder Valim; os senadores Lúcia Vânia e Marconi Perillo; procuradores da República, advogados, defensores públicos, peritos criminais, juízes, além de delegados federais.

## plenário

### Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

### Terça-feira

14h – Sessão deliberativa  
**Programação monetária** – Na pauta, dois projetos de decreto legislativo que aprova a programação monetária para o segundo e terceiro trimestre de 2009.

### Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

### Quinta-feira

10h – Sessão Especial  
**Homenagem** – Comemoração do dia do Maçom.

14h – Sessão deliberativa

### Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

## crise



Sérgio Guerra (E) e José Nery, em nome do PSDB e do PSOL, pediram o desarquivamento das denúncias contra Sarney

## Conselho pode examinar recursos na quinta-feira

Partidos questionam o arquivamento de denúncias e representações contra o presidente do Senado, José Sarney, e o líder do PSDB, Arthur Virgílio

O PSDB, o DEM, o PSOL e o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) recorreram contra o arquivamento de cinco representações e seis denúncias contra o presidente do Senado, José Sarney, rejeitadas pelo presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Paulo Duque (PMDB-RJ). Por sua vez, o PMDB recorreu contra o arquivamento da representação que apresentou ao conselho contra Arthur Virgílio.

Os recursos devem ser analisados em reunião que pode ser convocada por Duque para esta quinta-feira. A conclusão dos processos deve acontecer em até 30 dias, mas Duque quer os recursos julgados antes desse prazo e, de preferência, todos de uma só vez.

Para arquivar as representações e denúncias contra Sarney, Duque afirmou que as acusações se baseiam apenas em matérias publicadas pela imprensa. Quanto à representação do PMDB contra Arthur Virgílio, o presidente do conselho considerou que a devolução ao Senado dos valores pagos a funcionário do gabinete do senador que foi liberado por ele para fazer curso no exterior, recebendo salários, isenta o acusado. Virgílio admitiu a irregularidade e anunciou que começará imediatamente

o ressarcimento (pouco mais de R\$ 210 mil). Duque citou interpretação do ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmando que, nestes casos, “o pagamento do tributo a devido extingue a punibilidade”.

A representação abordava ainda tratamento médico custeado pelo Senado em favor da mãe de Arthur Virgílio. Nesse caso, o líder tucano explicou que o pagamento foi feito porque seu pai foi senador e os dependentes têm direito a assistência médica. Com relação a esse fato, Paulo Duque julgou que o senador apenas solicitou o serviço, mas não foi responsável pela autorização.

Segundo o regimento do Conselho de Ética, na análise preliminar, o presidente do colegiado pode arquivar denúncias ou representações se faltar legitimidade ao seu autor; se a denúncia não identificar o senador e os fatos que lhe são imputados; ou se os fatos relatados forem referentes a período anterior ao mandato ou se forem manifestamente improcedentes.

Para o PSDB, as representações contra Sarney não podem

ser arquivadas por falta de provas, já que as provas devem ser apresentadas durante a investigação sobre o fato de um neto de Sarney ter intermediado a concessão de crédito a funcionários do Senado; e a possível responsabilidade do senador na gestão da Fundação José Sarney, que supostamente teria desviado recursos de incentivo cultural da Petrobras.

### Arquivamento de ação contra Virgílio foi questionado pelo PMDB

Já os recursos do senador Arthur Virgílio pedem apuração de denúncias sobre a suposta cessão a Sarney de um agente da Polícia Federal que transmitiria informações privilegiadas ao seu filho, Fernando Sarney; a suposta sonegação fiscal na venda de terras; e a nomeação por ato secreto de Henrique Dias Bernardes, namorado de sua neta, como servidor comissionado do Senado.

O PSOL pediu apuração de denúncias divulgadas pela imprensa segundo as quais o presidente do Senado teria sido responsável por benefícios e aumentos de remuneração de servidores por meio de “atos secretos, assim considerados por não terem sido publicados”.

### SENADORES NEGAM ACORDO

Paulo Duque negou que tenha havido um “acordão” político para absolver o senador tucano e o presidente do Senado, José Sarney. Virgílio também negou a existência de qualquer “acordão” para encerrar todas as investigações que tramitam no Conselho de Ética. Ele afirmou que a atitude de Duque foi semelhante a “tirar o bode da sala”, porque não há como “tipificar criminalmente” o que ele fez.

### REPRESENTAÇÕES

O PT vai analisar, técnica e juridicamente, a pertinência de cada uma das representações e denúncias apresentadas ao Conselho de Ética para, a partir daí, decidir contra ou a favor dos recursos impetrados pela oposição. Foi o que explicou o líder do partido no Senado, Aloizio Mercadante (SP). Ele adiantou que “o sentimento da bancada é contrário à tese do arquivamento sumário de todas as representações”.

### SOLIDARIEDADE

Diante de vereadores, prefeitos, deputados e senadores amapaenses que lhe prestaram solidariedade, o senador José Sarney afirmou que foi atropelado por uma luta política por conta de sua influência na corrida pela sucessão do presidente Lula. “Não posso senão resistir e ser firme, com a certeza de minha consciência e lisura no trato com as coisas administrativas”, disse o presidente do Senado.

### SÉRGIO GUERRA

Sérgio Guerra (PSDB-PE) negou qualquer irregularidade na viagem que sua filha fez aos Estados Unidos, em 2007, quando ela o acompanhou e teve suas diárias pagas pela Casa. Segundo o senador, ele fez a viagem para realizar exames médicos devido a uma suspeita de câncer no intestino. Na época, o senador precisou retirar o intestino grosso. “Estava bastante doente e minha filha me fez companhia nessas consultas”, declarou.

## Mesa determina investigação de mais 468 atos secretos

A diretoria-geral do Senado vai investigar outros 468 atos assinados dez anos atrás sem a publicidade exigida pela Constituição federal. A decisão foi tomada pela Mesa diretora. O 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), condenou a inserção desses atos no sistema de informática da Casa.

– Eu considero isso um ato de sabotagem. Até porque são atos que, na sua quase totalidade, não surtem mais nenhum efeito. Fizeram isso exatamente para criar um clima de insegurança em relação ao trabalho que estamos fazendo – disse Heráclito, referindo-se ao trabalho de levantamento sobre 511 atos secretos por uma comissão por ele criada.

Os atos foram inseridos dois dias após a comissão ter concluído o trabalho. Heráclito lembrou que pediu a todos os setores e diretorias que enviassem informações.

– Nós não vamos conviver com atos secretos. Vamos apurar um a um – prometeu.

Sobre as razões que teriam levado um servidor da Casa a inserir os atos, o 1º secretário

atribuiu ao desejo de “diretores de gestões passadas” de desestabilizar o trabalho que vem sendo feito para dar maior transparência à administração do Senado.

– Não é aceitável que se esteja brincando com esse assunto. Se houve crime, se houve má-fé, nós vamos tomar providências e aplicar medidas exemplares – disse Heráclito.

Ele também afirmou não ter dúvidas de que existe “uma briga interna na Casa, envolve inclusive funcionários”.

### Presidente do Senado revalida 80 atos

O presidente do Senado, José Sarney, revalidou 80 atos secretos do período entre 1999 e 2008 que tratam da designação ou dispensa de servidores efetivos para funções comissionadas. A medida foi tomada porque os atos revalidados geraram efeitos imediatos fazendo com que os servidores deixassem ou assumissem funções. “O vício da falta de publicação já foi sanado”, esclareceu nota oficial, que salienta o fato de não ter havido lesão ao interesse público.

## Site e sistema de computação têm sido alvo de ataques externos

Heráclito afirmou que o Prodasen (Sistema de Informática da Casa) estuda a possibilidade de alguém estar querendo sabotar o seu sistema, razão pela qual o acesso a dados do Senado tem sofrido frequentes panes. Jornalistas reclamaram que têm tido dificuldades para acessar o sistema da Casa.

– Nós, senadores, somos as maiores vítimas disso. É um instrumento de trabalho que acessamos via *notebook* em Plenário e que vem caindo com frequência. Já demos um prazo para solução. Estamos intrigados. E existe, por parte do Prodasen, a suspeita de que é uma sabotagem que está sendo feita – afirmou o 1º secretário, que não descarta chamar a Polícia Federal para investigar o fato.

Para ele, porém, não existe conexão entre as falhas apresentadas pelo sistema de informática e a divulgação de que existem outros 468 atos



Para Heráclito, não existe conexão entre as falhas e a divulgação de outros 468 atos secretos

secretos, além dos que foram identificados no primeiro semestre.

O Prodasen divulgou nota em que afirma que o *site* do Senado na internet ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)) vem sendo alvo de ataques externos, que congestionam o sistema e atrapalham o acesso de usuários. Os *sites* Twitter e Facebook já foram vítimas de ataques desse tipo, informa a nota.

## reforma eleitoral

# Jobim elogia projeto, mas faz ressalvas

Ex-presidente do TSE participa de debate no Senado e critica impressão do voto e possibilidade de eleitor votar fora do seu domicílio

O projeto de reforma eleitoral em discussão no Senado é bom, mas dois de seus artigos deveriam ser suprimidos: o que prevê o voto impresso e o que permite o voto em trânsito dentro do Brasil. Foi o que afirmou o ministro da Defesa e ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Nelson Jobim, ao participar de debate sobre o PLC 141/09 promovido pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Uma das principais inovações da proposta, que tramita na CCT e será ainda votada pela CCJ e pelo Plenário, é a liberação do uso da internet nas campanhas. O ministro considerou “inevitável” o uso da rede pelos candidatos, por ser uma importante ferramenta de aproximação com os eleitores.

– O projeto está correto no sentido de viabilizar a internet, pois ela é um fato. O mais importante é fazer com que as restrições impostas a ela sejam as mesmas impostas à televisão – explicou Nelson Jobim, que foi presidente do TSE durante as eleições gerais de 2002.

Em sua exposição, o ministro também elogiou o fato de o projeto deslocar para os partidos

políticos a gestão do processo da campanha eleitoral, que hoje fica por conta dos candidatos. Nesse sentido, as doações, por exemplo, que hoje são destinadas aos políticos, passariam a ser feitas diretamente aos partidos, que ficariam responsáveis pela distribuição dos recursos.

Jobim criticou o artigo do projeto que prevê a impressão do voto a partir das eleições de 2014, pois isso permitiria a identificação do eleitor. Mesmo que o texto garanta o anonimato do votante, é possível, segundo o ministro, identificá-lo, ao associar as informações de horário

e assinatura digital ao momento em que o eleitor inseriu as informações no painel eletrônico.

– Se nós voltarmos ao sistema de voto impresso, vamos voltar a todo

um conjunto de inconveniências que não contribuem para absolutamente nada – garantiu.

Nelson Jobim acha inviável e arriscada a intenção de permitir o voto fora do domicílio eleitoral. Segundo explicou, para que isso fosse possível, seria necessário que as urnas estivessem interligadas pela internet, o que ampliaria a possibilidade de invasão do sistema.

– Ter um sistema interligado por rede é ter a possibilidade da ação de *hackers* – alertou o ex-presidente do TSE.

### Para Jobim, as duas medidas põem em risco a segurança das eleições

## Relatório conjunto deve acelerar tramitação, prevê Marco Maciel

Para agilizar a tramitação no Senado do PLC 141/09, que só poderá valer na eleição do próximo ano se for votado até 30 de setembro, os dois relatores nas comissões técnicas deverão elaborar um relatório conjunto.

A decisão foi anunciada pelo senador Marco Maciel (DEM-PE), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), após conversa com o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), relator na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

– Não conseguiremos fazer a reforma política que esperávamos, mas a ideia é que o relatório seja conjunto, pois proporcionará economia de tempo – explicou Maciel, durante o debate.

Vários senadores se mostraram preocupados com a limitação de tempo para aprovação da proposta no Senado, entre eles Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Valter Pereira (PMDB-MS).

– Acho que essa audiência está cumprindo sua finalidade. Pena que estamos espremidos pelo

tempo. A proposta, acima de tudo, tem que dar segurança ao voto – observou Valter Pereira.

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu o financiamento público de campanhas eleitorais, porém o projeto prevê que as doações podem ser feitas por empresas e pessoas físicas, como ocorre atualmente.

Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que esperava uma reforma política mais profunda e José Agripino (DEM-RN) disse que o projeto precisa ser muito bem disciplinado, principalmente com relação às campanhas pela internet, “para que não gere vícios insanáveis”.

Para Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o projeto falhou ao não definir prazo para a cassação de mandato dos responsáveis por corrupção eleitoral. O parlamentar sergipano lembrou que, atualmente, por falta de definição desse prazo, e pela lentidão de julgamento por parte dos tribunais, os maus políticos conseguem manter-se no poder por longo período.



Jobim, entre senadores e debatedores: uso da internet pelos candidatos é inevitável e regras propostas são adequadas

## Uso da internet é avanço, dizem especialistas

O uso da internet no processo eleitoral foi apontado, durante o debate sobre a reforma eleitoral realizado na semana passada, como um dos principais avanços do PLC 141/09. Na avaliação do presidente da Associação Brasileira de Internet (Abranet), Eduardo Fumes Parajo, esse recurso pode concorrer para ampliar a transparência no processo e aproximar o candidato do eleitorado.

Ao comentar o emprego da internet na propaganda eleitoral, Eduardo Parajo argumentou que a captação do eleitor para envio regular de mensagens eletrônicas de cunho político deveria ocorrer a partir de seu acesso voluntário à página virtual do partido ou do candidato. A exemplo do advogado e ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Fernando Neves da Silva, o presidente da Abranet condenou a compra de lista de *e-mails* e o envio

desautorizado desse tipo de mensagem, que acabaria se transformando em lixo eletrônico.

Segundo considerou o diretor de *marketing* da Internet Sul, Jaime Wagner, a grande virtude da proposta é “reconhecer a legitimidade da internet no espaço público”. Além



Fernando Neves, advogado e ex-ministro do TSE, condenou a compra de listas de *e-mails*

de defender a veiculação de propaganda eleitoral paga na internet, Jaime Wagner chamou atenção para a dificuldade em se enquadrarem legalmente eventuais irregularidades nessa prática, já que 40% dos provedores que hospedam *sites* brasileiros estão sediados no exterior e, portanto, não são alcançados pela jurisdição nacional.

Diante dessa informação, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) indagou a forma possível de se aferir responsabilidades por eventuais abusos na propaganda eleitoral pela internet. O presidente da Abranet argumentou que os provedores não podem ser punidos por mau uso dos serviços por terceiros nem se responsabilizar pelo controle de conteúdo. De qualquer modo, reconheceu que, no caso de provedores sediados no exterior, há como a Justiça punir desvios enquadrando seu representante legal no Brasil.

## Na agenda, participação da mulher e informatização

Os debates sobre a reforma eleitoral na CCJ vão continuar. A comissão discutirá regras para estimular a participação das mulheres como candidatas. Por sugestão da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), serão

convidadas a ministra Fátima Nancy, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; e a professora e ex-senadora Eva Blay.

Outra debate, proposto pelo senador Flávio Torres (PDT-CE), tratará da informatização das eleições e será realizado em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

## agora é lei

### Celular em presídio rende até um ano de prisão

O projeto de lei que tipifica como crime a entrada de aparelhos celulares em presídios no país foi sancionado, sem vetos, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicado no *Diário Oficial da União* em 7 de agosto.

Agora, tanto parentes de presos como advogados terão de deixar seus telefones celulares na portaria dos presídios. O objetivo da proposta é diminuir a criminalidade no país.

De acordo com a Lei 12.012/09, é crime “ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional”.

O texto também responsabiliza diretores e funcionários de penitenciárias que facilitarem

a entrada desses equipamentos. A pena prevista na lei varia de três meses a um ano de detenção.

A imprensa noticiou vários casos em que presos, usando telefones celulares, costumavam tratar de sequestros, assaltos, roubos e outros delitos de dentro das cadeias e, até mesmo, de unidades de segurança máxima.

O projeto de lei original, do deputado federal Alberto Fraga (PFL-DF), teve como relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o senador Romeu Tuma (PTB-SP).

Durante os debates no Congresso Nacional, técnicos do Ministério da Justiça defenderam a aprovação do projeto, sob o argumento de que o uso e o porte de celulares facilitam a atuação do crime organizado.

## comissões

## Repúdio à fala do Nobel de Medicina

O Plenário do Senado aprovou na semana passada um voto de repúdio e censura às “declarações racistas ocorridas no dia 16 de outubro de 2007”, proferidas pelo ganhador do Prêmio Nobel de Medicina, James Watson, que afirmou ao jornal britânico *The Sunday Times* que “africanos são menos inteligentes do que ocidentais”.

A iniciativa surgiu com um requerimento de Paulo Paim (PT-RS). Segundo o senador, a declaração é contrária à “construção de uma comunidade mundial isonômica e repudia a essência dos direitos humanos”.

O parlamentar gaúcho afirma ainda no documento existir apenas uma raça, a humana, e “portanto, pelo fortalecimento dos direitos humanos e pelo respeito à comunidade mundial, que se sentiu intimamente atingida por tais declarações, é que apresento o presente voto de repúdio e censura às declarações infelizes e racistas do ‘ganhador’ do Nobel de Medicina”.

## Aprovada dedicação exclusiva para professor de ensino básico

Se não houver recurso, projeto agora será enviado à Câmara dos Deputados. Previsão é de que docente que adotar novo regime receberá o equivalente a 70% do salário de professor universitário

Ao criarem os planos de carreira do magistério público, os governos deverão instituir o regime de dedicação exclusiva para os professores da educação básica, diz o Projeto de Lei do Senado 4/08, aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Augusto Botelho (PT-RR) permitirá aos

professores em exercício optar pela dedicação exclusiva. Quem adotar esse regime de trabalho receberá pelo menos 70% dos valores pagos aos professores de universidades federais com titulação equivalente.

Segundo o voto apresentado pelo relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), o projeto é “plenamente consentâneo com o imperativo moral de valorização, no Brasil, do magistério público, em todos os níveis”.

A aprovação do projeto foi precedida de debates na CE. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), por exemplo, elogiou a iniciativa, mas lembrou a necessidade de se complementar a dedicação exclusiva com outras medidas.

Segundo a CNTE, há estados com carga horária superior a 60 horas. Com carga tão elevada, não há diferença entre um professor dedicado ou aquele que precisa pegar dois ou três

turnos para complementar seus vencimentos.

No Distrito Federal, onde o regime de dedicação exclusiva está consolidado desde 1992 e abrange 80% dos docentes, os professores recebem uma gratificação de 50% do salário. São 40 horas semanais, sendo que 25 são cumpridas em sala e 15 destinadas ao preparo das aulas. O profissional tem, assim, tempo para se planejar e oferecer uma boa aula.



Reunião da CE, com Cristovam Buarque (terceiro à esquerda), um dos três autores do projeto: professor que optar pelo regime vai ter remuneração maior

## Novas entidades para o turismo dividem opiniões

Representantes do setor de comércio e turismo divergiram em relação à criação de duas novas entidades, o Serviço Social do Turismo (Sestur) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo (Senatur), prevista no PLS 174/09, do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO). A proposta foi debatida em audiência pública conjunta com as comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto prevê a cisão da Confederação Nacional do Comércio (CNC) para criar a Confederação Nacional do Turismo, com as duas entidades de cunho social e de aprendizagem a ela vinculadas. Manifestaram-se contra o projeto o vice-presidente da CNC, Luiz Gil Siuffo Pereira; o economista Carlos Tadeu, ligado à CNC; e o presidente da Federação Nacional de Hotéis e Restaurantes, Norton Luiz Lenhart.

## Hino Nacional toda semana nas escolas

O Hino Nacional deverá ser executado uma vez por semana nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental, determina o Projeto de Lei da Câmara 29/09, também aprovado em decisão terminativa pela CE na semana passada.

Relator da proposta, Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembrou que sempre cantava o Hino quando ia à escola, em sua infância. De acordo com o senador, o Hino Nacional “é considerado um dos mais bonitos do mundo”.

O projeto acrescenta parágrafo único ao artigo 39 da Lei 5.700/71, que trata dos símbolos nacionais. Segundo a lei em vigor, já são obrigatórios o canto e a interpretação da letra do Hino Nacional em todas as escolas. Não há, porém, menção à frequência de execução do Hino, lacuna que o PLC procura preencher.

Igualmente em decisão terminativa, foram aprovados dois projetos de lei destinados a incluir novos nomes no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves,



Marconi Perillo é autor do projeto que inclui o nome de Rui Barbosa no Livro dos Heróis da Pátria

em Brasília. O PLS 108/08, de Marconi Perillo (PSDB-GO), inclui o nome do jurista, senador e ministro Rui Barbosa, uma das mais importantes figuras políticas do Brasil no início do século 20.

O segundo (PLC 63/09), relatado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), inscreve no livro a figura de Sepé Tiaraju, índio guarani que atuou em defesa dos habitantes das missões guaranis do Rio Grande do Sul,

em meados do século 18.

## CCJ define critérios para novas inclusões

Projeto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania estabelece novos critérios para a inclusão de nomes no Livro dos Heróis da Pátria. De acordo com o PLC 91/05, brasileiros ou grupos de brasileiros que tenham demonstrado especial dedicação à defesa da pátria, à integração nacional ou à construção da identidade nacional poderão ter seus nomes inscritos.

A proposta determina ainda que podem ter seus nomes registrados aqueles que tenham se destacado por excepcional contribuição ao processo de formação do povo brasileiro, ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país ou à constituição do estado democrático de direito.

O texto também prevê que a sugestão de registro de nome no livro seja apresentada por meio de projeto de lei específico, em que deverão ser descritas as razões que justificam a homenagem.

## Vigilantes de universidades pedem adicional de risco

Vigilantes das universidades federais poderão ter direito a um adicional por atividade de risco, cumulativo com as demais vantagens recebidas. O benefício deverá ser fixado entre 50% e 100% do vencimento básico e será integrado às aposentadorias dos profissionais.

É o que prevê projeto de lei (PLS 179/08) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) debatido pela CE em reunião acompanhada por um grande número de vigilantes universitários vindos de todo o país. O relator Romeu Tuma (PTB-SP) é favorável à aprovação da proposta, que é apenas autorizativa.

Para Zambiasi, o benefício a ser concedido aos vigilantes se justifica porque eles são obrigados, em muitas situações, a realizar funções atinentes à atividade policial, com um agravante: não podem efetuar detenção de infratores. Na maioria das universidades, informou o senador, nem sequer podem portar armas de fogo.

# internacional



O presidente do Senado, José Sarney (E), quebrou o protocolo e permitiu que o presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya (ao microfone), discursasse em Plenário para pedir sanções ao governo golpista

## Senado se solidariza com presidente de Honduras

Deposto por golpe de Estado, Manuel Zelaya discursa no Plenário da Casa e reconhece o apoio recebido para estabelecer democracia em seu país

O presidente do Senado, José Sarney, entre outros senadores, prestaram solidariedade em Plenário ao presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, que visitou o Senado e discursou em Plenário.

– Jamais poderemos admitir qualquer interrupção no processo democrático em qualquer país sem o nosso protesto, sem a nossa solidariedade e luta, para que essas coisas possam ser superadas – afirmou Sarney.

Zelaya destacou que a comunidade internacional tem sido solidária com o povo hondurenho e destacou o apoio recebido no Brasil, inclusive do presidente Lula. Ele pediu sanções comerciais e econômicas mais fortes contra o governo golpista, especialmente do Brasil e dos Estados Unidos.

– O apoio dos senadores fala bem da consciência democrática do povo brasileiro. Se o Brasil e os Estados Unidos estiverem contra o golpe, os golpistas não poderão permanecer muito tempo na usurpação do poder em Honduras e se reconstruirá a democracia – afirmou.

Zelaya disse que o povo hondurenho está resistindo ao golpe que foi “como uma guerra, em que se rompe o pacto social”. O presidente denunciou que

os golpistas já cometeram mais de dez assassinatos no país e que estão ocorrendo violações aos direitos humanos, censura à imprensa, torturas e prisões políticas.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) informou que a Representação do Brasil no Parlamento do Mercosul aprovou uma moção de repúdio ao golpe em Honduras, em defesa da democracia.

Mercadante também anunciou que propôs ao Senado uma moção suspendendo todos os acordos do Brasil com Honduras até que se restabeleça plenamente a democracia e se restitua a vontade popular manifestada na eleição do presidente Manuel Zelaya. Mercadante sugeriu ainda que o Senado não reconheça nenhuma eleição feita em Honduras antes que o mandato de Zelaya esteja restabelecido.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembrou que os brasileiros sabem o que significam golpes de Estado que “suprimem a democracia e abrem espaço, no caso da América Latina, para subordinar os interesses

das nossas nações a interesses alienígenas, de fora, que não podemos aceitar”.

Inácio Arruda entregou ao presidente hondurenho uma moção de solidariedade do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz, subscrita pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubés) e pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

José Nery (PSOL-PA), por sua vez, rechaçou e condenou o golpe, que “coloca em risco o processo democrático que estamos instaurando e vivenciando na América Latina, depois de uma longa experiência de convivência com um golpe de Estado, com a violação de direitos”.

Heráclito Fortes (DEM-PI) fez votos de que a paz e a democracia se restabeleçam o mais rapidamente possível em Honduras.

Também prestaram solidariedade a Manuel Zelaya os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Mão Santa (PMDB-PI), Heráclito Fortes (DEM-PI), Cristovam Buarque (PDT-DF), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e João Pedro (PT-AM).

**Zelaya: sem EUA e Brasil, golpistas não ficarão muito no poder**

## homenagem

### Senadores lembram centenário de Jaime Câmara

O Senado lembrou o centenário de nascimento de Jaime Câmara, fundador de grupo de comunicação do Centro-Oeste que leva o seu nome e é integrado por 22 veículos, entre televisão, rádio e jornal.

Para o presidente do Senado, o empresário potiguar, que se estabeleceu em Goiás em 1930, é um exemplo. Segundo Sarney, a palavra que resume a trajetória de vida de Jaime Câmara é sucesso.

– Em todos os campos da atividade humana em que militou, ele foi um vitorioso. Mas não se deixou levar pela fama. Homem modesto, profundamente religioso, dedicou grande parte do seu tempo à benemerência – destacou Sarney.

Assim como os demais senadores que participaram da homenagem ao empresário, jornalista, político e escritor, Sarney ressaltou a contribuição de Jaime Câmara para o desenvolvimento socioeconômico de Goiás.

## Cláusula de direitos humanos do Mercosul passa na CRE

A plena vigência das instituições democráticas e o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais serão “condições essenciais” ao processo de integração dos países que integram o Mercosul, segundo o Protocolo de Assunção. O texto, de junho de 2005, foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O protocolo se aplicará em casos de “graves e sistemáticas violações dos direitos humanos e liberdades fundamentais” nos países do bloco

(Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e em “situações de crise institucional ou durante a vigência de estados de exceção”.

Os países poderão inclusive suspender o direito de participar do bloco.

Segundo o relator, senador Efraim Morais (DEM-PB), o protocolo é uma espécie de “cláusula de direitos humanos” do Mercosul.

– O Protocolo de Assunção fortalece o Mercosul já que a proteção dos direitos humanos era uma abordagem que estava incompleta no arcabouço institucional do bloco – disse.

O vice-presidente da CRE, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), informou que apresentará um relatório sobre os direitos humanos nos países do bloco à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul. O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 486/09, que aprova o protocolo, segue para exame do Plenário.

JOSE CRUZ



Efraim Morais argumenta que a proteção aos direitos humanos fortalece o Mercosul

## Representação Brasileira pode obstruir reuniões do Parlasul

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul poderá obstruir as próximas reuniões, em Montevideu, caso não haja uma solução definitiva em relação à futura composição do novo órgão legislativo regional.

Segundo o vice-presidente brasileiro do Parlamento, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), a delegação paraguaia insiste em vincular a ampliação das bancadas do Brasil e da Argentina no Parlasul à instalação do Tribunal do bloco.

Nem mesmo o argumento de que as normas para as eleições dos representantes brasileiros

no Parlasul em 2010 têm que ser aprovadas até o final de setembro convenceu os paraguaios, segundo Rosinha.

Para Efraim Morais, os paraguaios estão “mal-acostumados” a serem atendidos em suas reivindicações.

– Ou temos um parlamento que funcionou ou não temos. Se for para ficar brincando, será melhor nem comparecer – propôs Mesquita Júnior.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) sugeriu, então, que a posição da bancada brasileira seja sintetizada em um documento a ser entregue na próxima reunião do Parlasul.

## debates



Glauco Antonio Truzzi Arbix, da USP, Fernando Collor, Delcídio Amaral e Júlio Sérgio Gomes de Almeida, da Unicamp

## Economia precisa dar salto para a inovação

Especialistas reunidos pelo Senado debatem o que o país precisa fazer para acelerar seu crescimento e apontam o conhecimento como arma essencial

O primeiro debate do ciclo “Agenda 2009-2015: Desafios Estratégicos Setoriais”, realizado no Senado, foi além da necessidade de investimentos em infraestrutura. Os debatedores chamaram a atenção para a necessidade de o país dar um salto em direção à nova economia, baseada em conhecimento e profissionais altamente qualificados, que possam levar as empresas a agregar valor aos produtos e serviços prestados.

Para os especialistas presentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), a inovação tecnológica, presente em campos como a biotecnologia, a nanotecnologia e a indústria de

energia renovável, depende de integração entre as universidades e as empresas, especialmente as micro e pequenas.

O professor Glauco Truzzi Arbix, coordenador do Observatório da Inovação e Competitividade, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), acha que, se perder tempo, o Brasil pode ser relegado a um papel subalterno na economia mundial, fruto de uma “visão míope”, de curto prazo, que geralmente rege o empresariado, o setor público e até o setor acadêmico.

Arbix considera que projetos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê

investimentos em energia e transportes, por exemplo, são uma lição que o Brasil precisa enfrentar para equiparar sua competitividade à dos concorrentes. Porém, ele cobrou uma visão de futuro, para acompanhar a economia que tem como base a inteligência.

Alguns recursos, como os fundos setoriais e as incubadoras de empresas, já existem. Porém, Arbix apontou que é preciso mudar a cultura do empresariado nacional, que ainda é protecionista, e priorizar investimentos em inovação. Já o setor público precisa estimular as empresas para a inovação e continuar investindo maciçamente em educação.

## Empresas não são incentivadas a investir, diz professor

O professor da Universidade de Campinas (Unicamp) e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Julio Sergio de Almeida acredita que o sistema tributário nacional pune a inovação e a exportação, caminho para melhorar a competitividade e a produtividade.

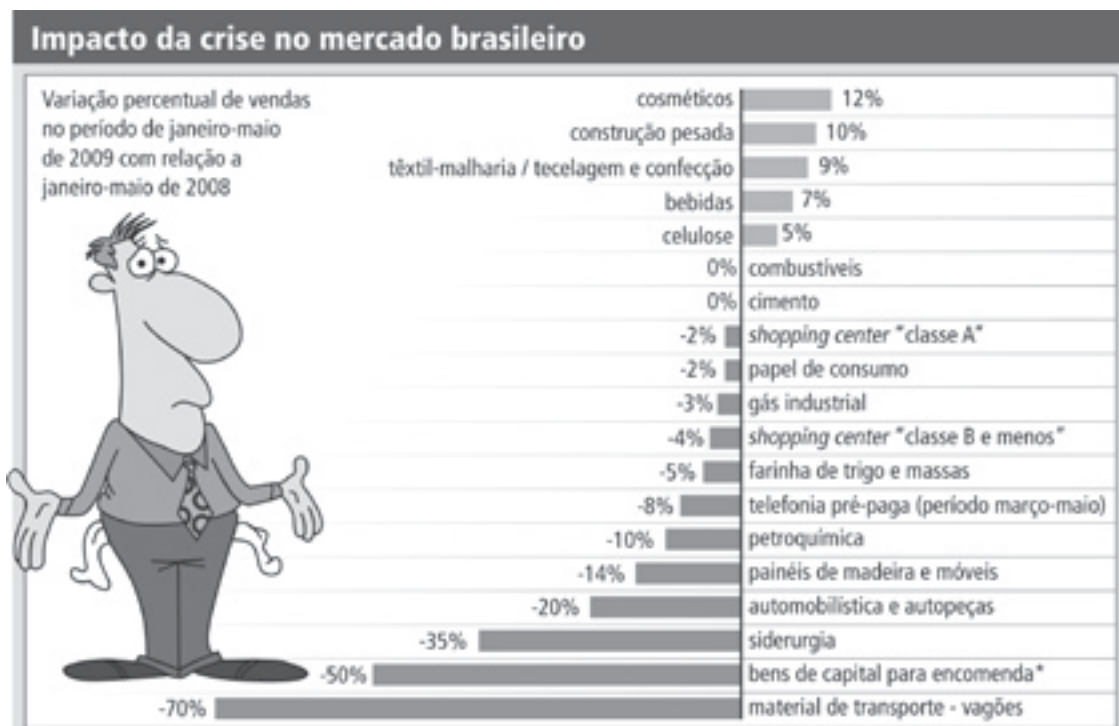
Para Almeida, o arcabouço institucional dos fundos setoriais é bom, há recursos disponíveis e a baixos custos para financia-

mento em inovação, via BNDES, e incubadoras de empresas vêm cumprindo sua função. Porém, para ele, o grande desafio é dar maior estabilidade às pequenas e microempresas para que elas tenham capacidade de apostar na inovação.

O especialista lamenta que a crise econômica tenha dificultado esse caminho, já que diversos setores sentiram impactos (*veja gráfico*) e, principalmente na

indústria, diminuíram sua capacidade de investir e de se atualizar, reduzindo sua competitividade em um cenário futuro. A valorização do real, continuou, prejudica ainda mais uma retomada.

– Os grandes empresários não veem dificuldade de acompanhar a tecnologia usada em outros lugares, já que ela é comprada. A dificuldade é mirar na inovação como arma da concorrência – afirmou Almeida.



## Senadores apontam resistências na cultura empresarial e política

Os senadores presentes à CI apontaram que resistências culturais à inovação e a um novo modelo econômico precisam ser vencidas tanto pelo empresariado quanto pelo setor público.

O moderador do debate, senador Delcídio Amaral (PT-MS), identificou que grande parte do setor privado tem “alergia” à abertura da economia para o exterior. Investimentos em pequenas e microempresas, continuou, são fundamentais para vencer a insegurança e a incerteza que minam o empreendedorismo.

Delcídio identificou ainda a inexistência de tradição de integração entre os diversos setores (governo, empresas e universidades) que podem conduzir o Brasil para a economia baseada em inovação.

– Hoje as ações são aparentemente isoladas ou atendem a determinados grupos de interesse – avaliou.

A falta de consenso no governo, inclusive no Congresso, para optar por um modelo de desenvolvimento foi apontada pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). Os debates, como o da reforma tributária, por exemplo, não evoluem na velocidade exigida pela economia.

Arruda também destacou que faltam projetos de qualidade para orientar o investimento público e, assim, gerar inovação e desenvolvimento. O presidente da CI, senador Fernando Collor (PTB-AL), registrou que a carência de projetos executivos na área de infraestrutura influi na qualidade dos gastos públicos.

## Ciclo de debates enfocará quatro desafios do setor

A CI promoverá, até dezembro, o ciclo de debates “Desafios Estratégicos Setoriais” na área de infraestrutura para buscar caminhos que potencializem o crescimento econômico do país.

Idealizado em março deste ano pelo presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), o formato dos debates foi definido por um grupo de trabalho composto pelos senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Gim Argello (PTB-DF) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Foram identificados quatro grandes desafios a ser enfrentados:

- infraestrutura para inovação e desenvolvimento;
- o atraso e as demandas: setores que avançam além da crise;
- os programas governamentais; e
- diagnóstico (avaliação e perspectivas) das agências e dos setores regulados pela comissão.

Cada um desses “desafios” será abordado em diversos painéis, com especialistas reconhecidos nas áreas definidas (*veja o calendário completo*). Até o momento, apenas os sete primeiros painéis foram confirmados e abrangem apenas o primeiro desafio.

A CI também já decidiu que, em outubro, vai realizar debates sobre a regulamentação da exploração do petróleo na camada pré-sal, no litoral de São Paulo e no Rio de Janeiro. O modelo adotado, a criação de um fundo soberano, a questão fiscal e a repartição das riquezas do petróleo serão abordadas pela comissão.

– Daremos prioridade a todos os assuntos que se referem à infraestrutura do país. A expectativa é ouvir o outro lado do balcão, porque sempre as autoridades do governo é que são trazidas aqui – afirma Collor.

### Calendário do ciclo de debates “Agenda 2009-2015: desafios estratégicos setoriais”

Painel	Data	Desafio
2	17 de ago.	Infraestrutura e retomada do crescimento: visões da crise
3	24 de ago.	Energia: recursos energéticos e desafios estratégicos
4	31 de ago.	Petróleo, etanol e biocombustíveis – diferenciais estratégicos
5	14 de set.	Transporte e infraestrutura urbana: sistemas integrados de meios de transporte
6	21 de set.	Novas tecnologias urbanas e parques tecnológicos
7	28 de set.	Telecomunicações, acessibilidade, TICs e inovação

SUS em debate

# Reduzir mortalidade materna é maior desafio

### Meta traçada pela ONU para até 2015 busca reduzir 75% taxa registrada em 1990. Mortes são mais frequentes entre negras de baixa escolaridade

Entre as metas do milênio recomendadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil só teme não conseguir êxito na redução da taxa de mortalidade materna. O compromisso é diminuir os óbitos de gestantes e parturientes até 42 dias após o término da gestação em 75% até 2015, tomando 1990 como o ano-base.

– É o nosso grande desafio. É inadmissível um país do porte do Brasil, que fez uma revolução em seu sistema sanitário, conviver com índices absurdos de mortalidade materna – avaliou o diretor de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde, José Luiz Teles, que participou de debate sobre o tema na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Apesar de haver controvérsia entre os especialistas sobre se essa taxa reflete o estágio de desenvolvimento econômico e social de um país ou de uma região, são as mulheres negras com baixa escolaridade, solteiras, com idade entre 20 e 39 anos, que mais morrem no Brasil, conforme levantamento do Ministério da Saúde.

A taxa brasileira de 55,1 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos é muito pior do que a de vizinhos do Mercosul, como Argentina e Uruguai. É quase três vezes a do Chile e a de Cuba (veja o quadro), conforme os dados mais recentes informados pelos países ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

A principal causa das mortes ainda é a hipertensão arterial, o que mostra que o Brasil mudou pouco em relação ao século passado nesse quesito. As outras causas são, por ordem, as hemorragias, as infecções pós-parto, as doenças do aparelho circulatório complicadas pela gravidez, parto e pós-parto e os abortamentos, segundo o mesmo levantamento.

– Como podemos nos apresentar lá fora com essa mancha tão vergonhosa? Na Alemanha e na França, há agente de saúde só para cuidar das gestantes –, instigou a presidente da CAS,

senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), durante o debate sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o enfrentamento à mortalidade materna.

O governo resolveu costurar um pacto com estados e municípios para enfrentar o problema. A meta é reduzir a taxa de mortalidade materna em 5% este ano e outros 5% em 2010, com prioridade para o semiárido nordestino e os estados que compreendem a Amazônia Legal. E definiu um conjunto de medidas, que vão desde a capacitação de profissionais de saúde até o aperfeiçoamento dos comitês estaduais que notificam e investigam as causas dos óbitos maternos, com o objetivo de construir estatísticas confiáveis.

Mas há avanços a registrar. Entre 2002 e 2008, houve aumento de 70% no atendimento a consultas pré-natal, o que significa que 70 milhões de mulheres tiveram atenção hospitalar especializada, com 97% de partos realizados em ambiente hospitalar, segundo dados do governo.

Iniciativas como a do município de Maués, no interior do Amazonas, de trabalho conjunto dos médicos da rede pública com as parteiras, vêm sendo apontadas pelo ministério como alternativa para diminuir a mortalidade materna nos municípios menores (veja texto na página ao lado).

A coordenadora da Pastoral da Criança de Sergipe, Sílvia Maria Cruz, elencou diversas recomendações para reduzir a mortalidade materna, entre elas aumentar o número de leitos materno-infantil e incentivar busca ativa da gestante pelo exame pré-natal.

O representante da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), Hélio Bertolozzi Soares, disse que as desigualdades regionais e as causas socioeconômicas devem ser levadas em conta quando se avalia a mortalidade materna. “Quando melhor a qualidade da nação, do estado e do município, menor a mortalidade materna”, afirmou.

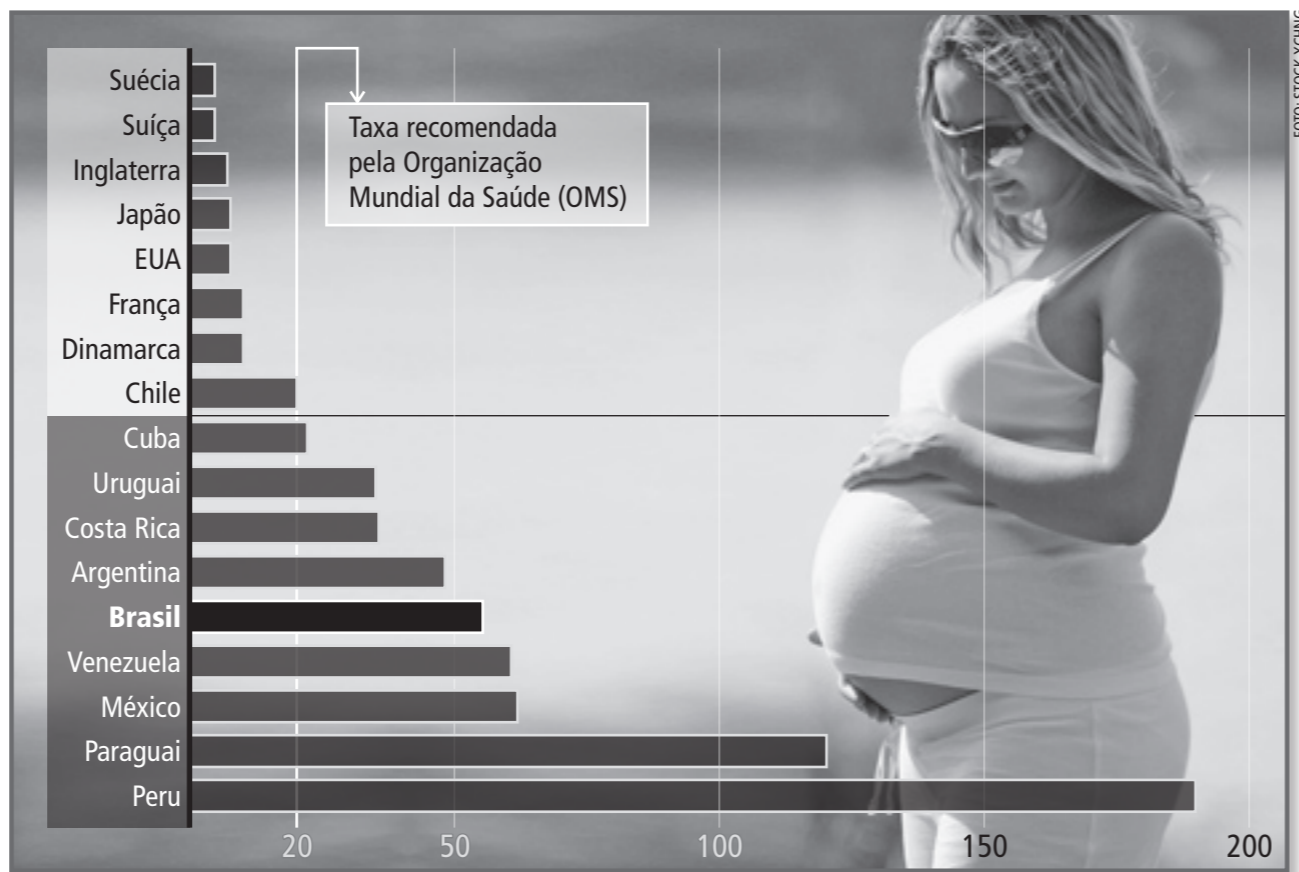


Hélio Soares (E), da Federação Brasileira de Ginecologia; José Luiz Teles, do Ministério da Saúde; senadora Rosalba Ciarlini; e Sílvia Maria Cruz, da Pastoral da Criança de Sergipe

ANA VOLP/ JORNAL DO SENADO

## Brasil está mal posicionado

Óbitos de gestantes e parturientes para cada grupo de 100 mil crianças nascidas vivas, de acordo com os dados mais recentes (entre 2000 e 2007) informados pelos países



Fonte: Unicef

## Assim como Brasil, EUA têm taxa subestimada

Uma das dificuldades para avaliar a mortalidade materna e definir as políticas públicas mais adequadas é a fragilidade das estatísticas em alguns países.

Segundo os técnicos do Ministério da Saúde, tanto nos Estados Unidos como no Brasil existe a subnotificação. Ou seja, muitos óbitos de gestantes e de parturientes até 42 dias após o término da gestação não entram nas estatísticas, porque não há um sistema de informação confiável. Um país considerado modelo pelos técnicos é a Inglaterra.

Dessa forma, tanto a taxa norte-americana quanto a brasileira podem ser superiores à informada ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Em 2002, estudo do Ministério da Saúde sugeriu um fator de correção de 1,4 a ser aplicado sobre a taxa, denominada tecnicamente como razão de mortalidade materna. Assim, a taxa de mortalidade materna no Brasil não seria de 55,1 por 100 mil nascidos vivos em 2006, mas de 77,14, conforme os mesmos técnicos.

Para se ajustar às metas do milênio para reduzir a mortalidade materna, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), o governo brasileiro resolveu, entre as várias medidas, aperfeiçoar o funcionamento dos comitês estaduais que levantam os óbitos maternos e investigam suas causas, com o objetivo de obter dados mais confiáveis. Uma das providências é a capacitação de 4 mil integrantes dos comitês até o próximo ano.

## Mortalidade materna por região

Governo estipulou meta de reduzir a taxa nacional em 5% este ano e mais 5% em 2010, com prioridade para o Norte e o Nordeste, que têm os piores números

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Norte	47,5	53,1	57,1	63,1	62,3	49,8	53,1	57,2	52,7	57,5	58,9
Nordeste	56,8	54,9	56,3	56,3	57,4	57,4	61,4	63,0	63,7	67,0	63,6
Sudeste	52,4	64,7	70,1	55,3	48,2	44,3	46,3	42,2	44,2	40,7	46,5
Sul	52,8	71,5	76,3	62,1	53,4	52,7	57,4	51,6	59,0	55,1	56,7
Centro-Oeste	32,5	53,3	54,8	57,2	39,1	54,1	60,7	53,6	61,9	54,5	57,3

BRASIL: 51,6 (1996), 61,2 (1997), 64,9 (1998), 57,4 (1999), 52,3 (2000), 50,6 (2001), 54,1 (2002), 52,1 (2003), 54,2 (2004), 53,4 (2005), 55,1 (2006)

Fonte: Ministério da Saúde

## Cidade do Amazonas é exemplo nacional

A 267 quilômetros de Manaus, com acesso somente por barco ou por linha de aviação regional com voos regulares três vezes na semana, a cidade amazonense de Maués, que já foi alvo de várias denúncias de desvios de recursos públicos, conseguiu ser apontada como exemplo, pelo Ministério da Saúde, de experiência bem-sucedida na redução da mortalidade materna.

Com média de 1 mil a 1,2 mil partos anuais, o município registrou apenas duas mortes em 2007. No ano passado, ocorreu um óbito, decorrente de uma patologia rara. E no primeiro semestre de 2009, nenhuma gestante ou parturiente morreu nas instalações da única maternidade pública da cidade. Essa proeza se deve a um trabalho conjunto que derrubou preconceitos. Cerca de 16 parteiras trabalham dentro da maternidade, auxiliando os 15 médicos do hospital, que atualmente não possui obstetra.

O diretor clínico do hospital, o goiano de 34 anos Sílvia Alves da Silva, radicado em Maués desde novembro

de 2004, conta que a ideia surgiu em junho de 2006, após um seminário do Ministério da Saúde sobre assistência obstétrica e neonatal humanizada. Em dezembro daquele ano, um encontro com os profissionais da área de saúde do município já começou a envolver as parteiras, muitas delas vindas do meio rural.

Maués, que possui quase 50 mil habitantes, dos quais cerca de 20 mil vivendo em 167 comunidades rurais e 46 indígenas, conseguiu com essa providência implantar um sistema com bons resultados. Quando as gestantes chegam ao hospital, o primeiro atendimento é feito por um médico. Constatado que estão em trabalho de parto, elas passam a ser acompanhadas pelas parteiras. Silva explica que elas foram capacitadas para identificar qualquer intercorrência clínica.

No caso de dúvidas e ao primeiro sinal de alguma complicação, como indicação de cesárea, continua Silva, as parteiras chamam os médicos, que são clínicos



gerais. A orientação, segundo ele, é reduzir o número de cesáreas. Atualmente, elas não passam de 20% do total de partos.

Outra linha de atuação foi melhorar o atendimento pré-natal, com capacitação de todos os profissionais dos municípios envolvidos com o Programa Saúde da Família. Agora, segundo Silva, a nova etapa é engajar no programa 60 parteiras tradicionais (aquelas que herdaram conhecimentos das suas mães e de outros familiares), identificadas por agentes de saúde da região. “Não é nosso objetivo ensinar técnica para as parteiras tradicionais, mas melhorar o que elas já sabem”, esclarece Silva.



Mulheres que participam do programa Mãe Coruja Pernambucana recebem o enxoval para os recém-nascidos

DIVULGAÇÃO MÃE CORUJA 2009

## Programa amplia atendimento às mães

Cerca de 10 mil gestantes pernambucanas participam de um programa que se tornou referência no Nordeste, onde se registra a taxa de mortalidade materna mais elevada do país. Lançado em 2007, a partir da experiência pioneira de Curitiba, o programa Mãe Coruja Pernambucana garante pelo menos seis consultas de pré-natal e uma de pós-parto, além de alfabetização durante a gestação, capacitação profissional relacionada à região de origem da gestante e inclusão da família no fornecimento gratuito de leite.

Com essas providências, a secretaria estadual de Saúde espera reduzir em 5%, este ano, a taxa de mortalidade

materna, acompanhando a meta do país fixada pelo Ministério da Saúde.

Segundo a psicóloga Anna Renata Lemos, coordenadora de saúde da mulher da secretaria estadual, o último dado disponível mostrou que, em 2006, a proporção de óbitos de gestantes e parturientes até 42 dias após o parto chegou a 71,3 por 100 mil nascidos vivos, bem acima da média da região.

Porém, ela explica que o estado conseguiu melhorar suas estatísticas com a implantação do comitê que notifica e investiga os óbitos de mulheres em idade fértil, entre 10 e 49 anos. Os 185 municípios, segundo ela, concordaram com a notifi-

cação obrigatória, estabelecendo a faixa de 70% para os que possuem acima de 100 mil habitantes e de 100% para os que tem população abaixo desse patamar.

De acordo com a coordenadora, o comitê pernambucano se vale ainda da participação ativa do movimento de mulheres. Desde o ano passado, as decisões do comitê são colegiadas, com maior atuação dos técnicos ligados à saúde da mulher. Como as organizações de mulheres se informam dos óbitos e participam das investigações de suas causas, elas têm mais condições, segundo Anna Renata Lemos, de pressionar diretamente as autoridades estaduais e municipais.

– A absoluta recomendação é de não automedicação. O antiviral requer prescrição e acompanhamento médico – frisou.

## Nova gripe em gestantes preocupa

A fragilidade das gestantes perante a epidemia da nova gripe foi um dos principais temas durante o debate na CAS sobre assistência à saúde materna. Preocupado com o risco de incidência “mais grave e incisiva” do vírus nas mulheres grávidas, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) revelou que as gestantes respondem por 1,8% dos casos da nova gripe no mundo, mas, no Brasil, correspondem a 12% das mortes.

O representante da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), Hélio Bertolozzi Soares, afirmou que, devido aos índices de gravidade (80%) e de letalidade (31%) do vírus H1N1 em gestantes no Sul do país, mulheres grávidas devem ser afastadas do local de trabalho e de outros locais de aglomeração, como shopping centers e ônibus. Disse ainda que, caso apresentem os sintomas da gripe, as gestantes deverão ser medicadas com oseltamivir – o Tamiflu.

Para Soares, o uso do medicamento só é eficaz logo após o diagnóstico, pois, com o agravamento da doença, o remédio já não é eficiente.

Se houver insuficiência respiratória, acrescentou, a gestante deve ser internada. Como medida de prevenção, observou o médico, as gestantes devem fazer uso contínuo de máscaras de proteção e trocá-las de três em três horas. Ele alertou também para a necessidade de os médicos em contato com os pacientes com suspeita da gripe também fazerem uso do medicamento como preventivo durante dez dias.

Já o diretor de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde, José Luiz Teles, admitiu que a baixa imunidade da gestante a torna mais suscetível ao vírus, a exemplo de outros grupos populacionais, como pessoas com doenças respiratórias e cardiovasculares. José Luiz Teles disse que a orientação dada às secretarias estaduais e municipais é que as gestantes sejam atendidas em alas diferenciadas nos hospitais. De acordo com José Luiz Teles, as orientações sobre a gripe estão sendo repassadas às secretarias estaduais e municipais diariamente, de acordo com o comportamento do vírus.

– A absoluta recomendação é de não automedicação. O antiviral requer prescrição e acompanhamento médico – frisou. O representante do Ministério da Saúde alertou para que as gestantes não adquiram medicamento clandestino.



## comissões

# Concessão de licenças ambientais subiu 40%

Informação foi dada pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, em debate no Senado. Metade das autorizações se refere a obras do PAC

O Ministério do Meio Ambiente concedeu, no primeiro ano da gestão Carlos Minc, 472 licenças ambientais para obras – 40% a mais do que nos 12 meses anteriores –, das quais 213 integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A informação foi dada pelo ministro durante debate na Comissão de Serviços de Infraestrutura so-

bre o processo de licenciamento ambiental das obras do PAC.

Há 14 meses no cargo, Minc afirmou que medidas implantadas reduziram em cerca de 50% o tempo para a concessão de licenças. Mas destacou que não se pode encarar o licenciamento como um “entrave” ao início de determinado empreendimento.

– O processo de licenciamento

é complexo, pois é um instrumento para garantir que se vai preservar o rio e o meio ambiente e, ao mesmo tempo, vai ter um empreendimento de verdade – explicou Minc.

Ele admitiu casos específicos de atraso na concessão das licenças, mas que envolvem outros órgãos e fatores, como terras indígenas, o Tribunal de Contas da União e ações na Justiça, entre outros.

Durante o debate, Minc alertou que a exploração de petróleo na camada pré-sal libera taxas de dióxido de Carbono (CO<sub>2</sub>) em índices até cinco vezes maiores que os campos normais. Para explorar a reserva, enfatizou, o Brasil terá de investir em tecnologias para captura e estocagem do CO<sub>2</sub>.

– O pré-sal é uma riqueza que reverterá para o lado social, mas isso não pode ser acompanhado pela explosão de CO<sub>2</sub>.



Minc (E) diz aos senadores Fernando Collor e Eliseu Resende (D) que há casos de atraso na concessão das licenças, mas negou que seja culpa do ministério

## Senadores apontam paralisação de obras

Ao comentar a exposição do ministro Carlos Minc, Eliseu Resende (DEM-MG) observou que o Brasil precisa de estradas, portos, ferrovias, rodovias e hidrovias, modalidades de transporte que, segundo explicou, precisam ser integradas, para melhor atender as necessidades brasileiras.

– A integração das modalidades de transporte é importante para a integração nacional, para a interiorização do desenvolvimento e

a expansão das fronteiras agrícolas – afirmou Eliseu Resende.

Francisco Dornelles (PP-RJ) disse que a conclusão da obra da hidrelétrica de Angra 3, no Rio de Janeiro, está praticamente inviabilizada, devido ao grande número de exigências feitas pelo governo.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou o comportamento de Carlos Minc, que, segundo ele, em certos momentos age como ministro e,

em outros, como ambientalista.

Já Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Efraim Morais (DEM-PB) defenderam a conclusão do projeto de transposição do rio São Francisco.

– Sabemos que esse sonho secular finalmente começou a ser realizado. Não queremos ver essa obra paralisada em nenhum momento. Trata-se de projeto de um governo e não de uma pessoa – afirmou Rosalba.

### BIODIESEL

Para incentivar a fabricação de óleo diesel a partir de oleaginosas, a Comissão de Meio Ambiente aprovou semana passada projeto (PLS 18/07) do senador César Borges (PR-BA) que prevê a criação de linhas de crédito para o cultivo dessas plantas e para investimentos em unidades de produção de biodiesel.

### TUCURUÍ

Todas as indenizações relativas à construção da hidrelétrica de Tucuruí (PA) foram pagas até 1995, afirmou o superintendente de Meio Ambiente das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), Antonio Raimundo Santos Coimbra, em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre a hidrelétrica.

### AGROQUÍMICOS

A falta de profissionais capacitados é, hoje, um dos grandes problemas para a concessão dos registros de agroquímicos, afirmaram especialistas em debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), proposto pelo senador Gilberto Goellner (DEM-MT). Hoje, o prazo de cinco meses para registro raramente é respeitado.

Terra de índio	
653 é o número de terras indígenas reconhecidas no Brasil	12,5% é o espaço que essas terras ocupam do território nacional
480.000 é o número de pessoas que residem nessas áreas	227 é o número de povos que essas pessoas representam
<b>O que dizem as leis</b> Ao confirmar a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol (RR) em abril, o Supremo Tribunal Federal definiu alguns parâmetros importantes:	
- Os indígenas não podem abrir garimpos sem permissão, negociar as terras ou abrir mão da sua posse ou usufruto, explorar os recursos hídricos e energéticos das reservas sem autorização do Congresso Nacional.	
- Não dependem de autorização dos índios ou da Funai o trânsito das Forças Armadas e da Polícia Federal e as ações de defesa nacional nas reservas, inclusive a instalação de unidades militares.	
- Não é permitida a ampliação da reserva demarcada, assim como o direito dos índios sobre as terras é imprescritível.	

## Militares e PF devem ter livre acesso às reservas indígenas

A garantia de livre trânsito das Forças Armadas e da Polícia Federal (PF) em terras indígenas foi defendida por senadores e pelo Ministério da Defesa em audiência pública promovida pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A ideia era debater projeto sobre o tema (PLS 69/04) do senador Augusto Botelho (PT-RR). Em abril passado, o Supremo Tribunal Federal já havia se posicionado a favor do livre acesso às reservas indígenas pelas Forças Armadas e pela PF.

Para Augusto, as Forças Armadas já prestam relevantes serviços aos índios, com destaque na área médica, sendo, conforme observou, uma das instituições mais respeitadas pelas comunidades indígenas.

Com o trânsito livre e sem a burocracia de pedidos de autorização, a Polícia Federal também passaria a ter melhores condições de trabalhar, em especial no combate ao tráfico de drogas, acrescentou Augusto Botelho.

João Pedro (PT-AM) disse que

ninguém pode ser contrário à presença do Estado brasileiro em terras indígenas, a exemplo das Forças Armadas e da Polícia Federal. Mas pediu “cautela” na condução de todo o processo, uma vez que “os índios devem ter um olhar diferenciado”.

A representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Rosana Mattos, foi clara: as comunidades indígenas – que atualmente somam mais de 200 povos no país (veja o *infográfico*) – devem ser ouvidas. Ela sugeriu que o projeto seja incluído na proposta de criação do Estatuto dos Povos Indígenas, elaborada pelo Executivo e enviada à Câmara no início do mês.

Representando o Ministério da Defesa, o coronel Marinho Pereira Resende Filho disse que o projeto está em sintonia com o pensamento das Forças Armadas. Ele lembrou que a proposta regulamenta o parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição federal.

O presidente da Comissão Nacional de Política Indigenista, Marcio Meira, também apoiou a aprovação do projeto.

## ambiente legal

### Bicicletas elétricas em São Paulo

Bicicletas elétricas começam a ser fabricadas em São Paulo, 35 anos depois de terem sido desenvolvidas pelo engenheiro industrial Felício Sadalla, que recebeu a boa notícia ao completar 81 anos de idade. Antes de se aposentar, o engenheiro percorria diariamente 26 quilômetros para ir ao trabalho e voltar em seu veículo ecologicamente correto.

### Substituto para o automóvel

A iniciativa de produção das bicicletas elétricas é da seguradora Porto Seguro, conforme o jornalista Gilberto Dimenstein. Felício Sadalla ressaltou que uma bicicleta pesa 20 quilos e carrega sem problemas um ser humano, enquanto um carro pesa uma tonelada. “Nada é tão barato, comparado com rodovias e metrô, quanto abrir uma ciclovia”, afirma.

## ONU alerta para risco de mudanças climáticas

“Se nós falharmos em agir rapidamente, a mudança climática vai intensificar as secas, as enchentes e outros desastres naturais.” A afirmação foi feita em um fórum na Coreia do Sul pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, ao advertir para o risco de uma grande instabilidade no mundo, com aumento da violência.

### Em busca de acordo

Considerando as mudanças climáticas um tema fundamental para a Humanidade, Ban Ki-moon cobrou empenho dos líderes mundiais para a obtenção – em Copenhague, no final deste ano – de um acordo para redução das emissões de gases causadores do efeito estufa. Essas emissões são tidas como a principal causa do aquecimento global.

### Esforço de congressistas

A Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas definiu seus representantes na 15ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em Copenhague, na Dinamarca, de 7 a 18 de dezembro. São os senadores Jefferson Praia (PDT-AM) e Ideli Salvatti (PT-SC); e os deputados federais Vanessa Grazziotin, vice-presidente; Colbert Martins, relator; Sarney Filho, Antonio Carlos Mendes Thame, Rômulo Gouveia, Rebecca Garcia, Luiz Carreira e Jorge Khoury.

## decisões

## Sindicatos podem ter mais uma contribuição compulsória

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na terça-feira a criação de nova contribuição assistencial, esta destinada ao financiamento da negociação coletiva e de outras atividades sindicais. O parecer favorável foi do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) e o projeto (PLS 248/06) é do senador Paulo Paim (PT-RS). O relator rejeitou duas emendas do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ao projeto, que já havia sido aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta passou a tramitar na CAE graças a requerimento aprovado no Plenário. Assim, em vez de seguir direto para a Câmara após aprovado terminativamente na CAS, teve não só de passar pelo crivo da CAE, mas também retornará para nova votação da CAS.

O único senador a votar contra a nova contribuição assistencial foi Francisco Dornelles (PP-RJ). O parlamentar questionou a criação “de outra

contribuição compulsória para os trabalhadores” em meio a uma situação de custo Brasil elevado; o fato de ser cobrada de trabalhadores não sindicalizados; e o tratamento isolado de um assunto que deveria ser discutido no âmbito de uma reforma sindical e trabalhista. Paim se comprometeu a analisar as ponderações durante a reavaliação do PLS 248/06 pela CAS.

Também defenderam a aprovação César Borges (PR-BA), Osmar Dias (PDT-PR) e Aloizio Mercadante (PT-SP). Borges contestou que essa contribuição terá reflexo no aumento do custo Brasil, já que os recursos vão sair do bolso do trabalhador. Osmar Dias apontou como avanços o fato de financiar a negociação coletiva e de seu percentual, que não poderá ser superior a 1% do salário bruto anual do trabalhador em atividade, ser definido em assembleia de trabalhadores.

**Dornelles criticou criação de outra cobrança**

## Proposta sobre tarifas bancárias pode ser votada em regime de urgência

Integrantes da CAE querem acelerar a regulamentação da cobrança das tarifas bancárias no país. A ideia é propor que os líderes partidários na Casa assinem requerimento em Plenário, para que o projeto da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e do senador Flávio Arns (PT-PR) passe a tramitar em regime de urgência. O texto amplia as vedações atuais sobre tarifas e prevê multa que será calculada, em cada caso de descumprimento da lei, multiplicada pelo número de contas correntes e de poupanças da instituição infratora.

A tramitação com urgência foi considerada depois que os senadores tomaram conhecimento de que o texto (PLS 595 – Com-

plementar), que seria votado na reunião do dia, saiu de pauta a pedido da senadora Kátia Abreu (DEM-TO). Ela propôs que a matéria passe antes pelo exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o que exige o envio do processo à Mesa diretora até a votação do requerimento.

– Postergar a votação é concordar com os bancos. Alguém está gostando das tarifas bancárias, que são cobradas de forma abusiva no país – criticou Ideli.

Para Osmar Dias (PDT-PR), a matéria é oportuna e deve ter seu exame concluído o quanto antes na CAE. “É importante que cada senador dê seu voto, a favor ou contra”, disse.

## Projeto livra parcelas do IR de juros e correção

CAE aprovou medida em decisão terminativa. Se não houver recurso para votação em Plenário, a proposta vai ser enviada à Câmara dos Deputados

O contribuinte poderá optar por parcelar o Imposto de Renda devido em até nove vezes, sem a cobrança de juros ou correção sobre cada prestação. É o que prevê projeto (PLS 59/09) do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A legislação em vigor prevê o parcelamento em até oito vezes, com juros e correção a depender do valor a ser pago.

Na votação, foi derrubada emenda do senador João Tenório (PSDB-AL) que se destinava a manter os juros e a correção atualmente aplicados. Na avaliação do senador, a eliminação dos encargos produziria impacto negativo sobre a arrecadação federal. Além disso, observou que se tratava de uma questão de isonomia, já que o governo está sujeito aos mesmos juros na restituição do imposto pago a maior.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), líder do bloco de apoio ao governo, esforçou-se para con-

vencer os colegas a aprovarem a emenda. Para isso, invocou principalmente o argumento da isonomia de tratamento entre governo e contribuintes.

– A Receita corrige as parcelas que ela nos deve. Sobre o que nós devemos à Receita, se iria ser pago em oito vezes e agora será em nove, por que não haverá correção? Isso não tem cabimento. Se o que a gente recebe corrigido é, o que a gente paga corrigido tem que ser – apelou.

O senador Raimundo Colombo observou, no entanto, que o aumento do número de parcelas não era o mais importante. Segundo ele, o objetivo principal de seu projeto era diminuir a prestação do complemento do imposto depois da declaração anual de ajuste, segundo ele, um sacrifício que recai basicamente sobre os assalariados.

– Não é justo tirar poder de compra do assalariado, o que

prejudica a própria economia – defendeu.

Como observou o autor, hoje já estão isentos de juros e correção os contribuintes que têm imposto a pagar no valor de até R\$ 1.430. A partir dessa faixa, até R\$ 2.150, são cobrados juros. Acima desse valor, há a incidência de juros e correção sobre as parcelas.

Em seu relatório, João Tenório argumentou que, por definição, o governo não cria, mas apenas arrecada e redistribui recursos. Assim, a hipótese de não cobrança de juros

no parcelamento significaria subvencionar os que optaram pelo parcelamento com recursos tomados dos que pagaram em dia, seja ao longo do ano-base, seja em uma única prestação após a declaração de ajuste, ou mesmo levar o governo a tomar recursos no mercado para cobrir suas despesas por falta de caixa.

**Governo tentou manter correção, mas emenda foi rejeitada**



Projeto de Raimundo Colombo: Ideli Salvatti defendeu aprovação de emenda para garantir correção do imposto devido



## projetos aprovados

De 10 a 14 de agosto

## Comissões

➔ **PLS 4/08** – Dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Augusto Botelho (PT-RR), institui regime de dedicação exclusiva para profissionais da educação básica. Vai à Câmara.

➔ **PLS 108/08** – Do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), inscreve o nome de Rui Barbosa no Livro dos Heróis da Pátria. Vai à Câmara.

➔ **PLC 29/09** – Torna obrigatória a execução do Hino Nacional nos estabelecimentos de ensino fundamental. Vai a sanção.

➔ **PLC 59/09** – Do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), permite o parcelamento do Imposto de Renda em nove vezes, sem cobrança de juros ou correção. Vai à Câmara.

➔ **PLC 63/09** – Inscreve o nome de Sepé Tiaraju no Livro dos Heróis da Pátria. Vai a sanção.

## CONCORRÊNCIA

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou requerimento do senador Delcídio Amaral (PT-MS) propondo a realização de audiência pública para debater o projeto que estrutura o sistema de defesa da concorrência (PLC 6/09). A reunião, sem data definida, será em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Serão convidados para o debate o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Arthur Bandin, e representantes de agências reguladoras e da Casa Civil da Presidência da República.

## DEBATES NA CAE

Na CAE, foram definidos outros quatro debates públicos. Proposto pelos senadores Jayme Campos (DEM-MT) e Paulo Paim (PT-RS), o primeiro vai discutir o PLS 376/08, que institui o Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas. Sugerido pelo senador Jefferson Praia (PDT-AM), haverá debate sobre a proposta de regulamentação da concessão e (ou) partilha na exploração de áreas de pré-sal. O terceiro, ideia de Efraim Morais (DEM-PB), tratará do PLS 367/04, sobre a participação aos estados e municípios no resultado da exploração de energia nuclear. Já a situação da indústria do fumo no Brasil será tema de outra audiência pública solicitada por Efraim Morais.

## FUNCAJU

A constitucionalidade de substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 163/00, que cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju), foi questionada pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) durante discussão na CAE. Em vez de votar a proposta, a comissão decidiu aprovar sugestão do senador para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se pronuncie sobre o assunto. O Funcaju pretende modernizar a agroindústria do caju e fortalecer a exportação de seus derivados. Além de promover a disseminação de tecnologias destinadas a aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos, o fundo deve financiar pesquisas sobre a cultura, bem como o treinamento de mão de obra para o setor.

## plenário

## Mão Santa celebra os 165 anos de Parnaíba

Mão Santa (PMDB-PI) anunciou que, na última sexta-feira, sua cidade natal, Parnaíba, comemorou 165 anos de fundação. O senador citou o filósofo grego Sêneca, que dizia não ser “nem da grande Atenas nem da belicosa Esparta, mas de uma cidade que não era pequena porque era a sua cidade”. Segundo Mão Santa, o mesmo poderia dizer em relação a Parnaíba, que é a sua cidade.

– Em Parnaíba, Deus nos privilegiou. Temos verdes mares bravios, brancas dunas, ventos que nos acariciam, sol que nos tosta, rio que nos abraça, muitas lagoas – afirmou.

Mão Santa lembrou que, no domingo, Teresina, oito anos mais jovem que Parnaíba, também fez aniversário.

## Efraim: contradição do governo sobre gripe A

Efraim Morais (DEM-PB) disse considerar contraditório o comportamento do governo em relação ao combate ao vírus H1N1, causador da influenza A. Na opinião do senador, a população está desorientada porque o governo, apesar de afirmar não haver motivo para pânico com a gripe, tem tomado medidas preventivas, como a suspensão de aulas, a instalação de equipes médicas e ambulâncias nos aeroportos, e o monopólio da aquisição do medicamento Tamiflu, utilizado no tratamento da doença.

O senador ressaltou que o Brasil já é o terceiro país com o maior número de mortes em razão da gripe A (oficialmente foram registradas 277), atrás apenas dos Estados Unidos e da Argentina.

## Cristovam condena detenção de jovens

A detenção de nove jovens, dois deles menores de idade, que faziam protesto nos corredores do Senado, na última quinta-feira, foi condenada por Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele alegou que não houve depredação ou algazarra, apenas gritos dos estudantes.

– Tem que manter a ordem, mas sem precisar impedir o livre trânsito de pessoas que querem fazer protesto.

O senador disse ainda que quer propor a Marina Silva (PT-AC) e ao deputado Ciro Gomes (PSB-CE), pré-candidatos à Presidência, um programa de governo para garantir ao país “uma riqueza limpa, bem distribuída, que não venha do roubo, nem da destruição da natureza e nem da concentração de renda”.

## Mário Couto protesta contra operação no PA

Mário Couto (PSDB-PA) protestou contra a Operação Arco de Fogo, da Polícia Federal, que fechou empresas na cidade de Santarém, no Pará, deixando quase mil trabalhadores desempregados.

– O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, demonstrou irresponsabilidade ao mandar fechar empresas regulares, algumas com décadas de trabalho, quase sem investigações – apontou Mário Couto.

O senador anunciou que apresentará ofício à Mesa Diretora solicitando que o ministro Carlos Minc seja convidado a falar no Plenário do Senado.

## Embaixador da Bolívia poderá comparecer à CRE

Geraldo Mesquita Júnior quer convidar diplomata para esclarecer sobre desalojamento de 20 famílias de brasileiros que vivem em departamento boliviano

O embaixador da Bolívia poderá ser convidado a comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para prestar esclarecimento aos senadores sobre o desalojamento de brasileiros que vivem naquele país. O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) informou que apresentará requerimento com essa finalidade à comissão nesta semana.

Segundo a *Folha Online*, disse Mesquita Júnior, o Ministério de Terras da Bolívia vai expulsar 20 famílias de brasileiros que residem em San Ignacio de Velasco, departamento de Santa Cruz. O senador ressaltou que, de acordo com a reportagem, o vice-ministro de Terras boliviano, Alejandro Almaraz, anunciou que o despejo será realizado em até duas semanas, pela força, com o argumento de que os brasileiros estão assentados ilegalmente no território boliviano e fazem corte indiscriminado de árvores.

O governo da Bolívia tem direito de estabelecer as medidas sobre ocupação territorial que considerar adequadas, destacou Mesquita Júnior. No entanto, ele disse estranhar que o ministério tenha decidido agir de forma violenta em relação a famílias que vivem há mais de 30 anos naquele país e produzem para a Bolívia.

O senador lembrou que o Brasil abriga



Mesquita Júnior disse estranhar que ministério da Bolívia tenha decidido agir violentamente

milhares de bolivianos e afirmou esperar reciprocidade para que haja harmonia nas relações entre os dois países. Mesquita também observou que o Brasil destinou recursos para o reassentamento de brasileiros para não causar prejuízos às famílias.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que o governo brasileiro tem sido muito “condescendente” com a Bolívia, como quando a Petrobras naquele país foi invadida ou quando o governo boliviano aumentou o preço do gás.

## Mozarido quer ouvir Temporão sobre pirataria na saúde e combate a doenças

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, poderá ser convidado a comparecer à Subcomissão de Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para dar explicações sobre as ações do governo no combate à pirataria na saúde.

Uma série de matérias veiculadas ao longo da semana passada pelo jornal *Correio Braziliense* trata de falsificação de remédios e próteses, roubo de medicamentos e das mortes causadas por esses crimes.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) também quer explicações sobre as ações governamentais para combater doenças como a gripe A – causada pelo vírus H1N1 e conhecida popularmente como gripe suína –, a dengue, a malária e outras que estão atingindo cada vez mais brasileiros, conforme observou.

Para Mozarildo, essas ações têm sido tímidas, com poucas campanhas publicitárias de esclarecimento à população.

– Por que não gastar agora com uma grande campanha de mobilização, usando as Forças Armadas, para, de fato,



Mozarildo Cavalcanti

combater a gripe suína?. Mas esse ministério não tem muito rumo. Deveria se chamar Ministério da Doença, e mesmo assim estaria mal, pois só cuida dos doentes que estão muito mal – criticou o senador, que é médico.

Para Mozarildo Cavalcanti, o governo precisa parar de manipular informações, divulgando, segundo explicou, dados falsos sobre as doenças, principalmente a gripe suína.

– O governo não pode passar a ideia de que a coisa é banal. Eu fico muito triste com isso, com um país que prioriza a publicidade e manipula essa publicidade, e se descuida de coisa tão importante para todos nós, que é a saúde e a vida – lamentou.

Em apertados, os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Alvaro Dias (PSDB-PR) fizeram elogios ao pronunciamento do colega e condenaram o descaso do governo com a saúde pública no Brasil.

## Força de paz ainda é vital para o Haiti

Na manhã do primeiro dia de visita à capital do Haiti, Porto Príncipe, os senadores da Comissão de Relações Exteriores (CRE) conheceram um projeto social, foram recebidos pelo presidente, René Préval, falaram com o presidente do Senado haitiano, Kelly Bastien, e estiveram com o representante especial da ONU no país, Hédi Annabi. Em todos os encontros, ouviram o mesmo apelo: a permanência das forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) ainda é vital para a estabilidade do país e sua saída repentina só interessa a grupos radicais, principalmente aos traficantes de drogas.

Integram a comitiva brasileira o presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), e os senadores Flávio Torres (PDT-CE), Gerson Camata (PMDB-ES) e João Pedro (PT-AM). Participam da comitiva também o suplente de senador Eurípedes Pedro de Camargo, o deputado estadual Lafayette de Andrada (MG), representantes do Ministério das Relações Exteriores e assessores da CRE.

No encontro com Préval, Eduardo Azeredo manifestou seu apoio à participação brasileira na missão de paz.

– Temos muito respeito por essa missão. Viemos dizer que desejamos não só participar da estabilização, mas também da recuperação e do desenvolvimento econômico do país – afirmou.

Por sua vez, João Pedro declarou-se satisfeito em participar da comitiva, trazendo a solidariedade do povo brasileiro. No entanto, ele questionou o presidente sobre o tempo de permanência da força de paz.

René Préval respondeu afirmando que acredita que o fracasso das missões anteriores da ONU foi em parte causado pela sua saída prematura.

– Esta missão nos permitiu ter segurança, mas queremos que a Minustah [Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti] conclua o trabalho. Quando terminará, eu não sei, mas acho que será quando o Haiti tiver viabilidade em termos de segurança, economia e instituições.



René Préval, entre os senadores Eduardo Azeredo e Gerson Camata, defende a conclusão dos trabalhos da força de paz

institucional

# FGV entrega proposta para reestruturar Senado

Documento que deve ser entregue ao presidente Sarney nesta terça-feira propõe mudanças para tornar administração mais econômica e eficiente

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, nesta terça-feira, às 11h, relatório da Fundação Getúlio Vargas (FGV) com uma proposta de reestruturação administrativa da instituição, que inclui sugestões apresentadas por uma comissão de servidores. A informação foi dada pelo diretor-geral da Casa, Haroldo Tajra.

Esse estudo, que visa enxugar a estrutura da instituição, no propósito de torná-la mais ágil e desburocratizada, foi encomendado por Sarney logo depois de sua posse, em fevereiro deste ano.

Na ocasião, entre as providências para modernizar o Senado, ele listou o registro informatizado de horas extras, um corte linear de 10% no orçamento de custeio e investimentos da instituição, e redução das diretorias, entre outras medidas.

– São providências destinadas não só a cortar despesas, como também a um melhor aproveitamento dos nossos trabalhos. Haverá um plano de carreira para que a ascensão dos funcionários de um posto para outro seja feita através da qualificação. E haverá um programa de treinamento

e desenvolvimento, para que tenhamos melhor qualificação de pessoal – anunciou ele na ocasião.

Em maio deste ano, a FGV apresentou uma versão preliminar dessa reestruturação. A partir desse plano inicial, o presidente do Senado e o 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), repassaram ao coordenador da fundação, Bianor Cavalcanti, relatório de uma comissão de servidores que consolidou cerca de 500 sugestões administrativas propostas pelos que trabalham na Casa.

## Servidores terão de fazer recadastramento anual

A partir deste ano, os servidores efetivos e detentores de cargos em comissão do Senado deverão se recadastrar anualmente por meio de formulário eletrônico a ser acessado pela internet. Assinada pelo 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), a decisão foi publicada no Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal do dia 10.

O diretor-geral, Haroldo Tajra, afirmou que o objetivo é implantar políticas de gestão de recursos humanos mais eficazes e condizentes com as funções

institucionais do Senado.

– A medida se enquadra no propósito da reforma administrativa e servirá até para o Senado saber como cada servidor pode ter seu serviço mais bem aproveitado pela instituição – disse o diretor.

De acordo com o ato de Heráclito, o recadastramento começa nesta segunda quinzena de agosto e durará 30 dias. O servidor que não se recadastra no prazo ou apresentar informações incorretas ou incompletas estará sujeito ao enquadramento em medidas administrativas.



Diretor-geral, Haroldo Tajra diz que recadastramento pode estimular melhor aproveitamento dos servidores

O recadastramento será validado pela Secretaria de Recursos Humanos e as chefias imediatas deverão confirmar os dados funcionais de cada servidor.

## Gestantes dispensadas do trabalho até o final do surto de gripe suína

Por causa do crescimento do surto de gripe suína (influenza A, vírus H1N1) no país e o risco maior a que estão submetidas as mulheres grávidas, a Mesa diretora do Senado assinou, na quinta-feira, ato estabelecendo, por prazo indeterminado, ponto facultativo para as gestantes que trabalham na instituição.

O 1º secretário, Heráclito Fortes, também esclareceu que não estão suspensas as visitas de turistas ao Senado. O que foi

decidido, segundo esclareceu, é que essas visitas ficarão restritas aos fins de semana, para que haja tempo de se fazer a profilaxia nas áreas utilizadas. É grande o número de visitantes oriundos de outros países sul-americanos, onde é maior a incidência da gripe suína.

Desde segunda-feira, o Senado já está oferecendo álcool em gel e máscaras para uso daqueles que apresentem algum dos sintomas de gripe.

### IMÓVEL FUNCIONAL

A 1ª Secretaria do Senado mandou abrir novo processo administrativo disciplinar contra o ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi, por suposta ocupação irregular de imóvel funcional. O ato foi publicado segunda-feira no Boletim Administrativo de Pessoal, autorizando a abertura do processo e nomeando a comissão que fará a investigação interna. No começo do ano, a imprensa noticiou que o apartamento funcional que deveria ser ocupado por Zoghbi estava sendo, na verdade, usado por seu filho.

presidência

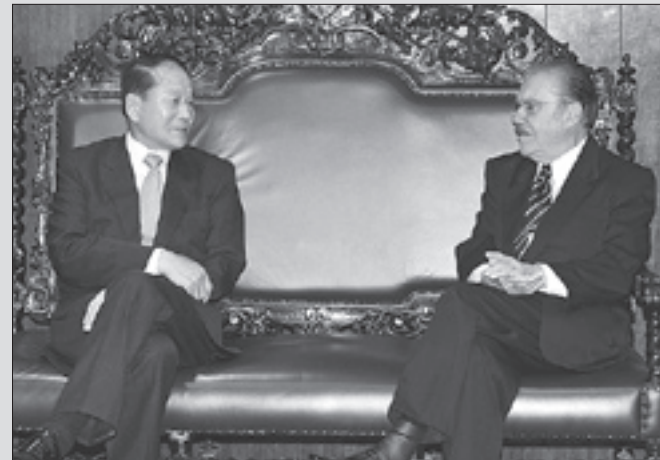
## Governador do Amapá reforça pleito de professores

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu o governador do Amapá, Waldez Góes, lideranças políticas e representantes sindicais preocupados com decisão judicial que suspendeu o pagamento do Plano Collor a 3,4 mil professores daquele estado. De acordo com o sindicato da categoria, o cancelamento desse benefício corresponde a 84,32% do salário-base do servidor público da área de educação.

– Os professores vinham

recebendo esse benefício há 15 anos. E agora ele foi tornado sem efeito pela Justiça. Viemos juntos – governo do estado, bancada federal, assembleia legislativa e professores – nessa empreitada para devolver o benefício a esses profissionais – disse Waldez Góes.

Tanto o governador quanto os que o acompanhavam declararam solidariedade ao presidente do Senado, que tem sido alvo de diversas denúncias pela imprensa.



JONAS PEREIRA

O presidente José Sarney recebeu visita do parlamentar sul-coreano Lee Sang-deuk (E). O parlamentar disse em entrevista após a reunião com Sarney que encontros como esse fortalecem o parlamento dos dois países e que politicamente são muito importantes.

## Seminário sobre bens de pessoas condenadas

José Sarney recebeu do secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior, convite para um Seminário Internacional sobre Extinção de Domínio, ação que afeta a propriedade dos bens (de condenados), hoje protegidos pela lei até que a sentença transite em julgado.

O Ministério da Justiça enviou ao Congresso projetos destinados a extinguir o domínio que os criminosos têm sobre bens e recursos originários de corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas.

– É um tema polêmico, mas que já avançou bastante noutros países – disse Tuma Júnior.

## Cadetes da Aman querem Sarney na formatura

O presidente do Senado poderá participar, no próximo sábado, da formatura da turma de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em Resende (RJ). A cerimônia, conhecida como entrega de espadins, diplomará 454 cadetes da Turma Bicentenário do Marechal Osório.

O convite foi entregue pelo capitão Olavo Kruchak, da Aman, e pelo cadete Pierre Rodrigues de Freitas, um dos formandos. Eles estiveram acompanhados do tenente-coronel Artur José Sólon Neto, assessor parlamentar do Exército. A presença de Sarney ainda depende de um ajuste na sua agenda.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Marconi Perillo  
**2º Vice-Presidente:** Serys Slhessarenko  
**1º Secretário:** Heráclito Fortes  
**2º Secretário:** João Vicente Claudino  
**3º Secretário:** Mão Santa  
**4º Secretária:** Patrícia Saboya  
**Suplentes de Secretário:** César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

**Diretor-Geral do Senado:** Haroldo Tajra  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando César Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes  
**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés Oliveira  
**Edição:** Valter Gonçalves Júnior e Raissa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Edição:** Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos  
**Reportagem:** Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Pedro Pincer  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

# programação

## Na Rádio Senado, a vida e a obra de Cora Coralina

Equipe do programa *Reportagem Especial* foi até Cidade de Goiás para produzir atração sobre a escritora, que este ano completaria 120 anos

Cabocla, cozinheira, lavadeira, mulher do povo e da roça. O programa *Reportagem Especial* dessa semana fala da obra da poetisa goiana Cora Coralina. A equipe da Rádio Senado foi até Cidade de Goiás, onde conversou com amigos e familiares de Cora, que este ano completaria 120 anos.

Nascida Ana Lins dos Guimarães Peixoto Brêtas, Cora Coralina publicou seu primeiro texto aos 11 anos, num dos jornais locais. Aos 21 anos, deixou a cidade e mudou-se para o estado de São Paulo, onde ficou até 1956, quando decidiu voltar para a sua cidade natal. Em 1965, aos 76 anos, publicou seu primeiro livro, *Poemas dos becos de Goiás*. O livro caiu nas mãos do poeta Carlos Drummond de Andrade, que apresentou a poetisa ao resto do país.

A poetisa viveu na Casa Velha da Ponte, em Cidade de Goiás, até sua morte, em 10 de abril de 1985. Deixou três livros editados. Hoje, são 12 as publicações e há ainda bastante material inédito.

### Reportagem Especial

Senado FM e OC  
21/8, sexta-feira, às 18h  
(reprises: sábado, às 10h; e domingo, às 17h)  
Internet: 21/8, sexta-feira



DOMÍNIO PÚBLICO

Cora Coralina publicou seu primeiro texto aos 11 anos, mas foi com seu livro *Poemas dos becos de Goiás*, aos 76, que a poetisa foi apresentada ao país

### Ricupero fala da crise internacional

O convidado do *Senado Economia* é o embaixador Rubens Ricupero, especialista em política ambiental e um dos mais respeitados analistas econômicos do país. Os assuntos são a crise internacional e as mudanças que não aconteceram a partir dela. Ricupero foi ministro da

Fazenda no governo Itamar Franco e assessor de Assuntos Internacionais da Presidência da República no governo Sarney.

### Senado Economia

Senado FM  
17/8, segunda-feira, às 7h30

## Para evitar o desperdício de alimentos e combater a fome

Na série *Prato Cheio*, a TV Senado trata de práticas adotadas para evitar o desperdício de alimentos e de ações para combater a fome e a desnutrição no Brasil. O programa também divulga iniciativas que podem garantir o prato cheio na mesa dos brasileiros: na esfera pública, a criação de bancos de alimentos nos municípios e os restaurantes comunitários; no setor privado, ações desenvolvidas a partir de doações repassadas para instituições carentes.

As reportagens abordam as duas faces da questão alimentar no país: como os brasileiros enfrentam a fome e a obesidade e o que é possível fazer para se obter uma dieta mais balanceada.

A programação da TV Senado e as formas de sintonizar a emissora podem ser obtidas na página [www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv).

### Repórter Senado

22/8, sábado, às 13h e 20h30  
23/8, domingo, às 14h e 20h

### O polêmico blog da Petrobras

A polêmica causada pela criação do *blog* *Fatos e Dados*, da Petrobras, é o tema desta semana do programa *Estação da Mídia*, da Rádio Senado. O *blog* vem publicando perguntas feitas por jornalistas e as respostas dadas pela empresa. Ricardo Pedreira, da Associação Nacional de Jornais (ANJ), e Claudio Weber Abramo, da organização Transparência Brasil, analisam o impacto que a criação do *blog* da Petrobras poderá causar no noticiário sobre a empresa.

### Estação da Mídia

Senado FM  
18/8, terça-feira, às 7h30

### Dúvidas sobre direito da mulher

A Constituição de 1988 garantiu às trabalhadoras urbanas e rurais o direito à licença-maternidade de 120 dias. Nos primeiros quatro meses de vida do bebê, a mulher tem direito a receber o salário-maternidade e não pode ser demitida. Para esclarecer o assunto, a Rádio Senado convidou Isabel Cristina Sobral, chefe da divisão de reconhecimento inicial do direito à licença-maternidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que responde a perguntas de duas ouvintes do Maranhão.

### Senado Economia

Senado FM e OC  
17/8, segunda-feira, às 10h  
Internet: 17/8, segunda-feira



#### SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia  
2h - Leituras  
2h30 - Diplomacia e Inclusão  
3h30 - Cidadania  
4h - Alô Senado  
4h15 - Argumento  
4h30 - De Coração  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania  
6h30 - EcoSenado  
6h45 - Argumento  
7h - TV Brasil Internacional  
8h - De Coração  
8h30 - Cidadania  
9h - Alô Senado  
9h15 - EcoSenado  
9h30 - Leituras  
10h - Conversa de Música  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Diplomacia e Inclusão  
12h30 - Encontros  
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia  
13h30 - Cidadania  
14h - EcoSenado  
14h15 - Alô Senado  
14h30 - Espaço Cultural  
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre  
16h30 - Agenda Econômica  
17h30 - Encontros  
18h00 - Conversa de Música  
19h00 - Cidadania  
19h30 - Leituras  
20h - Alô Senado  
20h15 - Ecosenado  
20h30 - Especial  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Agenda Econômica  
22h30 - Diplomacia e Inclusão  
23h30 - De Coração  
24h - Espaço Cultural

#### DOMINGO

1h - Cidadania  
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia  
2h - Alô Senado  
2h15 - EcoSenado  
2h30 - Agenda Econômica  
3h30 - Cidadania  
4h - Leituras  
4h30 - De Coração  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania  
6h30 - Alô Senado  
6h45 - Argumento  
7h - TV Brasil Internacional  
7h30 - Cidadania  
8h - Leituras  
8h30 - De Coração  
9h - Diplomacia e Inclusão  
10h - Conversa de Música  
11h - Alô Senado  
11h15 - EcoSenado  
11h30 - Agenda Econômica  
12h30 - Encontros  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania  
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia  
14h30 - Espaço Cultural  
15h30 - Especial  
16h30 - Encontros  
17h - Diplomacia e Inclusão  
18h - Conversa de Música  
19h - Cidadania  
19h30 - Alô Senado  
19h45 - EcoSenado  
20h - Especial  
20h30 - Leituras  
21h - Tela Brasil/Salão Nobre  
22h - Agenda Econômica  
23h - Parlamento Brasil  
23h30 - De Coração  
24h - Conversa de Música

#### SÁBADO

6h - Matinas  
7h - Música e informação  
9h - Prosa e Verso  
9h30 - Música e informação  
10h - Reportagem Especial  
10h30 - Música e informação  
12h - Senado Resumo  
12h30 - Música e informação  
14h - Cine Musical  
14h15 - Música e informação  
15h - Autores e Livros  
15h20 - Música e informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Música e informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e informação  
22h - Cine Musical  
22h15 - Música e informação  
DOMINGO  
6h - Matinas  
7h - Música e informação  
8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
9h20 - Música e informação  
10h - Cine Musical  
10h15 - Música e informação  
16h - Prosa e Verso (reprise)  
16h30 - Música e Informação  
17h - Reportagem Especial  
17h30 - Música e informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

#### Como sintonizar

**TV A CABO:** (55) e Manaus (57).

NET, Mais TV e Video Cabo

**TV POR ASSINATURA:** Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

**UHF:** João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

#### ANTENA PARABÓLICA

**Sistema analógico:**  
Satélite: B1  
Transponder: 11 A2  
Polarização: horizontal  
Frequência: 4.130 MHz

#### Sistema digital:

Satélite: B1  
Transponder: 1 Banda Estendida  
Polarização: vertical  
Frequência: 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz  
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: 3/4

#### Como sintonizar

##### FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz  
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

##### ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

##### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

##### ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

## voz do leitor

## Conselho tutelar

"Estou inconformado por não poder me candidatar ao cargo de presidente do conselho tutelar do meu município. Tenho 19 anos e, se aos 18 anos posso me candidatar ao cargo de vereador, por que não posso ser presidente de conselho com 19 anos?"

**Gildásio Brito dos Santos, de Barra do Corda (MA)**

"Sugiro a apresentação de um projeto de lei determinando a realização de concurso para conselheiro tutelar, pois muitas vezes eles desconhecem completamente os direitos e os deveres do cidadão, e até mesmo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o que é um absurdo."

**Laudelina da Silva, de Jardim Mimar (SP)**

## Meio ambiente

"Existe uma ideologia demagógica em relação ao reflorestamento no Brasil. O Congresso Nacional e os ambientalistas discutem tanto sobre o meio ambiente, mas a Praça dos Três Poderes, a Esplanada dos Ministérios e a rodoviária do Plano Piloto não estão arborizadas. Como pedir ao país que plante árvores? A capital federal deveria servir de exemplo."

**Cláudio Santiago, de Maracás (BA)**

## Idosos

"Em relação aos mais velhos, há segregação, preconceito, discriminação e abandono, apartando-os da convivência comunitária. Há ainda casos de rejeições e maus-tratos. Temos o compromisso moral de dedicar atenção a esse tema de suma importância. Faz-se necessário alterar esse quadro com o desenvolvimento de políticas públicas condizentes que enfrentem o desafio de assegurar a todos o envelhecimento com dignidade. Os programas de

amparo aos idosos devem ser executados preferencialmente em seus lares, onde a família precisa envolver-se nesse processo de inserção social do idoso, na busca incessante de uma vida mais saudável e de qualidade às pessoas da melhor idade. Precisamos nos conscientizar de que a forma com que tratamos hoje os idosos será a mesma com que seremos tratados no futuro (lei da compensação)."

**Marioly Oze Mendes, de Camboriú (SC)**

## Assinatura básica

"Sou a favor do fim da assinatura básica telefônica. Devemos o que gastamos."

**Periceli Magal, do Rio de Janeiro (RJ)**

## Cartão magnético

"Sugiro aos senadores que os documentos de registro civil, carteira de habilitação, RG, título eleitoral e CPF sejam emitidos em cartões magnéticos, com chips e código de barras."

**Tarcísio Pereira de Souza, de Condado (PE)**

## Abono

"Venho expressar meu repúdio a essas empresas de locação de mão de obra (terceirizadas) que descumprem as obrigações sociais para com seus funcionários, não dando a eles o direito adquirido de receber o PIS no ano seguinte. Fui vítima de uma delas."

**José Josemir Soares Coelho, de Uruburetama (CE)**

## CPI

"No passado, o valente PT defendia com unhas e dentes CPI para tudo. Hoje, o mesmo PT, no poder, fez de tudo para impedir que a CPI da Petrobras fosse instalada e a presidência e a relatoria ficassem nas mãos da oposição. Isso tudo é uma vergonha."

**Joaquim Pereira de Souza, de Luziânia (GO)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail ([jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)) ou telefone (0800 61-2211).

## frases



Eu queria dizer da minha insatisfação comigo mesmo, lamentar profundamente e pedir desculpas aos meus pares, aos senadores e à população brasileira por me ter comportado de maneira que de forma alguma seria considerada elegante, educada e, portanto, adequada a um senador



GERALDO MAGELA

**Tasso Jereissati**, sobre discussão em Plenário com Renan Calheiros.

Estamos numa Casa política. Pelo fato de minha luta política ter algum peso na sucessão, desencadeou-se essa crise para enfraquecer o presidente da República. Não posso senão resistir e ser firme, com a certeza de minha consciência e lisura no trato com as coisas administrativas

**Presidente José Sarney**, em encontro com vereadores, prefeitos, deputados e senadores do Amapá.

Se este clima prevalecer, eu não sou candidato a mais nada. E, tenho também certeza, o povo não vota em mais nenhum de nós. E com toda razão

**Sérgio Guerra**, sobre a crise no Senado.

Se nós voltarmos ao sistema de voto impresso, vamos voltar a todo um conjunto de inconveniências que não contribuem para absolutamente nada

**Nelson Jobim**, ministro da Defesa e ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral em debate sobre a minirreforma eleitoral, que prevê a impressão do voto a partir das eleições de 2014.

Aqueles que têm problemas com o verbo engolir sofrem de regressão e não conseguiram passar da primeira infância, da fase oral.

**Fernando Collor**, defendendo expressão ("...quero que o senhor as engula e as digira...") que havia usado em Plenário, dirigindo-se ao senador Pedro Simon.

O pré-sal é uma riqueza que reverterá para o lado social, mas isso não pode ser acompanhado pela explosão de CO<sub>2</sub>

**Carlos Minc**, ministro do Meio Ambiente, na Comissão de Infraestrutura, sobre o processo de licenciamento ambiental das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



## pergunte ao senador

## Brasil tem tradição de receber bem os que escolhem o país para viver

"Por que apenas no Brasil há essa liberdade para que estrangeiros venham concorrer a empregos já escassos?"

**Guido Chiniara, de Valinhos (SP)**

O senador **Eduardo Suplicy (PT-SP)** responde:

Prezado Guido, felizmente o Brasil é uma nação que sempre recebeu pessoas de todo o mundo. Recentemente, inclusive, o governo instituiu uma política de regularização para as pessoas que já estão aqui há bastante tempo. Isso não vai prejudicar a oferta de trabalho. Ao contrário, vai promover cada vez mais oportunidades para todos, os brasileiros e os que resolveram ter o Brasil como país para trabalhar e se desenvolver.

Com informações da Rádio Senado



MOREIRA MARIZ

# Saiba aproveitar o alimento por inteiro

O aproveitamento total dos alimentos pode se tornar uma arma de combate à fome e à desnutrição. Evita ainda o desperdício,

causado por má conservação, preparo inadequado, armazenamento incorreto e falta de conhecimento do valor nutritivo de partes

dos alimentos, como cascas e talos. Neste *Especial Cidadania*, o que pode ser consumido e como fazê-lo.

## Maiores atrativos são custo baixo e dieta nutritiva

O Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Social da Indústria (Sesi) são exemplos de instituições que adotam programas destinados a ensinar receitas nutritivas de baixo custo e que aproveitam integralmente os alimentos. De acordo com a série Mesa Brasil Sesc - Segurança Alimentar e Nutricional, o conceito de alimentação integral envolve a diversidade de alimentos e a complementação de refeições, tendo como objetivo reduzir custos, proporcionar preparo rápido e oferecer paladar regionalizado.

A principal vantagem do aproveitamento integral de alimentos é a possibilidade de obter uma alimentação sadia e rica em nutrientes a partir de partes dos alimentos que normalmente são desprezadas. As perdas não ocorrem somente em plantações, transporte e armazenamento inadequado, mas também no preparo incorreto dos alimentos.

Os principais alimentos ou produtos utilizados para complementar a dieta convencional e que apresentam alto valor nutritivo são os pós (casca de ovo, semente de abóbora), farelos (trigos, arroz, milho), farinhas torradas, raízes e tubérculos.

**Cuidados a serem tomados para evitar o desperdício e perdas nutricionais dos alimentos**  
**Comprar bem:** preferir legumes, hortaliças e frutas da época.

**Conservar bem:** armazenar em locais limpos e em temperaturas adequadas a cada tipo de alimento.

**Preparar bem:** lavar os alimentos, não retirar cascas grossas e preparar apenas a quantidade necessária para a refeição da família.

### O que pode ser aproveitado nos alimentos

- Folhas de cenoura, beterraba, batata-doce, nabo, couve-flor, abóbora, mostarda, hortelã e rabanete

- Cascas de batata-inglesa, banana, tangerina, laranja, mamão, pepino, maçã, abacaxi, berinjela, beterraba, melão, maracujá, goiaba, manga e abóbora

- Talos de couve-flor, brócolis e beterraba

- Entrecascas de melancia e maracujá

- Sementes de abóbora, melão e jaca

- Nata

- Pão amanhecido

- Pés e pescoço de galinha

- Tutano de boi



### Especialista diz como obter o máximo de nutrientes na alimentação

A nutricionista Francine Sarturi Prass destaca os seguintes cuidados:

- Descasque os alimentos só depois de tê-los cozido.

- Não cozinhe demais os legumes para evitar a perda de vitaminas e minerais.

- Prefira comer verduras cruas.

- Coma frutas como maçã e pera com casca.

- Consuma frutas logo depois de cortadas.

- Prefira cozinhar com óleo em vez de banha.

- Fique atento ao prazo de validade dos produtos.

- Guarde frutas e legumes em lugar fresco, à sombra ou nas gavetas de baixo da geladeira.



Esses alimentos devem ser consumidos dentro de uma semana.

- Coloque os vegetais para cozinhar em panelas tampadas e com o mínimo de água fervida possível.

- Dê preferência às panelas de ferro, porcelana, vidro ou barro para o cozimento. As panelas de alumínio ou antiaderentes, com o uso, liberam substâncias tóxicas.

- Reutilize a água do preparo dos alimentos para fazer arroz, feijão, sopas e molhos, pois ela é rica em nutrientes e sais minerais.

### Pratos que podem ser feitos com sobras e aparas dos seguintes alimentos

(desde que mantidas em condições seguras até o preparo)



- **Carne assada:** croquete, omelete, tortas, recheios etc.

- **Carne moída:** croquete, recheio de panqueca e bolo salgado

- **Arroz:** bolinho, arroz de forno e risotos

- **Macarrão:** salada ou misturado com ovos batidos

- **Hortaliças:** farofa, panquecas, sopas e purês

- **Peixes e frango:** suflê,

- risoto e bolo salgado

- **Aparas de carne:** molhos, sopas, croquetes e recheios

- **Feijão:** tutu, feijão-tropeiro, virado e bolinhos

- **Pão:** pudim, torradas, farinha de rosca e rabanada

- **Frutas maduras:** doces, bolos, sucos, vitaminas e geleias

- **Leite talhado:** doce

## Cursos de educação alimentar e nutricional atendem públicos diferenciados

O programa Cozinha Brasil, do Sesi, ensina a população a preparar alimentos sem desperdício, com alto valor nutritivo e baixo custo. Funcionando em todos os estados brasileiros desde 2004, a ação foi inspirada no programa Alimente-se Bem, do Sesi de São Paulo, iniciativa que buscava solucionar a deficiência nutricional

dos trabalhadores da indústria e da população em geral.

Os cursos ocorrem em 30 unidades móveis equipadas com cozinha experimental e espalhadas pelo país. Com a parceria de empresas, escolas, associações, prefeituras, instituições religiosas e órgãos não governamentais, as unidades são le-

vadas às comunidades, que podem receber cursos gratuitos de curta e média duração. Basta que os parceiros - ou mesmo o cidadão interessado - procurem o departamento regional do Sesi no respectivo estado.

Os cursos de educação alimentar e nutricional para o público em geral têm dez horas de du-

ração. As turmas são formadas por donas de casa, pessoas da terceira idade, trabalhadores da indústria e do comércio e autônomos, entre outros.

A outra modalidade do curso tem carga horária de 24 horas e visa capacitar pessoas com alguma liderança local. Participam das turmas líderes comunitários, co-

zinheiras de restaurantes, assistentes sociais, médicos, enfermeiros, nutricionistas, técnicos em nutrição, agentes de saúde e profissionais da educação, de asilos e de creches. Além das receitas, os alunos também aprendem a:

- ✓ escolher os alimentos por seu valor nutritivo, preço e apresentação;

- ✓ aproveitá-los integralmente, reduzindo o desperdício;

- ✓ preparar refeições observando a limpeza e preservando sabor e nutrientes dos alimentos;

- ✓ consumir os produtos em quantidade adequada e sob condições de higiene; e

- ✓ melhorar a renda familiar.

### Algumas receitas

#### Bolinho de talos, folhas ou cascas

##### Ingredientes

- 1 xícara (chá) de talos, folhas ou cascas bem lavadas e picadas
- 2 ovos
- 5 colheres (sopa) de farinha de trigo
- 1/2 cebola picada
- 2 colheres (sopa) de água
- sal a gosto
- óleo para fritar

##### Modo de preparo

Bater bem os ovos e misturar o restante dos ingredientes. Fritar os bolinhos às colheradas em óleo quente. Escorrer em papel absorvente. Podem ser usados: talos de acelga, couve, agrião, brócolis, couve-flor, folhas de cenoura, beterraba, nabo, rabanete, ou cascas de chuchu. Obs.: No caso dos talos de couve, couve-flor e brócolis, recomenda-se dar uma pré-fervura antes do preparo. Aproveitar a água do cozimento dos talos para outras preparações (arroz, sopa etc.).

#### Pizza fingida

##### Ingredientes

- 3 pães amanhecidos
- 1 lata pequena de molho de tomate
- cebola, salsinha e sal a gosto
- 2 ovos

##### Modo de preparo

Forrar uma forma com fatias finas de pão. Colocar o molho por

cima juntamente com a cebola e a salsinha. Bater as claras em neve e misturar com as gemas. Cobrir os pães com este creme. Leve ao forno por aproximadamente 20 minutos.

**Dica:** A pizza pode ser enriquecida com queijo ou sobras de peixe e frango.

### Saiba mais

#### Serviço Social do Comércio (Sesc)/Departamento Nacional

Rua Voluntários da Pátria, 169

Botafogo

Rio de Janeiro (RJ)

CEP 22.270-000

[www.sesc.com.br](http://www.sesc.com.br)

#### Serviço Social da Indústria (Sesi)

Setor Bancário Norte, quadra 1, bloco C

Brasília (DF) - CEP 70.040-903

[www.sesi.org.br](http://www.sesi.org.br)